



8ª - 20/04/2010

**ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE MONTEMOR-O-NO-
VO REALIZADA NO DIA VINTE DE ABRIL DE
DOIS MIL E DEZ**

Aos vinte dias do mês de Abril do ano dois mil e dez, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião extraordinária da referida Câmara, estando presentes, os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara, e os senhores Vereadores António Adriano Mateus Pinetra, Hortênsia dos Anjos Chegado Menino, João Miguel Amaro Marques, Maria de Lurdes Pascoal Reis Vacas de Carvalho, Rogério Antonio Pinto e Vicente Manuel Gião Roque, comigo, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Técnica.

E tendo todos ocupados os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram nove horas e trinta minutos.

Aprovação da Ordem de Trabalhos

A seguinte proposta de Ordem de Trabalhos, oportunamente distribuída pelo senhor Presidente, foi aprovada por unanimidade:

Ponto Um – Prestação de Contas 2009

Ponto Dois – 1ª Revisão Orçamental

Ponto Três – Acordo sobre a ETAR de Casa Branca

Ponto Quatro – Novo Horário de Funcionamento

Ponto Cinco – Tabela de Taxas

Ordem de Trabalhos

Ponto Um – Prestação de Contas 2009

Foi o senhor Presidente que interveio inicialmente para apresentar a proposta de Prestação de Contas de 2009 com base no Relatório de Gestão que, de seguida, se transcreve:

1. INTRODUÇÃO

A Prestação de Contas de 2009, que inclui este Relatório de Gestão e a Conta de Gestão, tem características específicas. Por um lado, reporta-se à fase final do mandato anterior (2005-2009) a que corresponde 10 meses do ano. Por outro lado, ainda regista os primeiros dois meses (Novembro e Dezembro) do actual mandato. Naturalmente, os primeiros meses deste mandato corresponderam, essencialmente, à instalação dos novos Órgãos Autárquicos e definição do trabalho para o mandato. A Prestação de Contas de 2009 regista, no essencial, a actividade decidida e aplicada pelos anteriores Órgãos Autárquicos.

Poder-se-á, pois, dizer com propriedade, que os resultados das Eleições Autárquicas de Outubro de 2009 são um veredicto sobre a actividade e o desempenho dos anteriores Órgãos Autárquicos de maioria CDU que estão espelhados nesta Prestação de Contas.

Sublinha-se ainda que cabe ao novo Executivo Municipal elaborar a última Prestação de Contas referente ao mandato anterior.

A Prestação de Contas é a principal documentação política e técnica que sintetiza e descreve a actividade desenvolvida pelo Município de Montemor-o-Novo em 2009. Assim, e de acordo com a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro bem como outra

legislação específica e complementar, nomeadamente o Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais (POCAL), somos a apresentar o Relatório de Gestão incluído na Prestação de Contas de 2009.

Ainda que as questões políticas sejam primordiais e determinantes neste momento de balanço da actividade municipal desenvolvida, a consideração das características técnicas destes documentos é essencial para salvaguardar erróneas leituras, análises e avaliações do que agora é apresentado neste formato legal.

Quanto às características técnicas da Prestação de Contas, reafirmamos anteriores alertas e esclarecimentos. O Município é uma instituição pública cujos órgãos de direcção integram o sistema e o poder políticos democráticos. O Município não é uma empresa. A actividade municipal é mais lata, deve ter outras preocupações e deve integrar muito mais do que uma “simples” gestão custo / proveito. Ainda que deva procurar – atento o actual espartilho legal – a eficácia, não pode ser reduzida a um economicismo neo-liberalizante. A aceitar-se tal visão, estaríamos a abrir portas a uma perigosíssima equiparação que, a prazo, equacionaria a própria democracia. Os Municípios e a ANMP estão colocados perante um desafio que não está a ser ainda devidamente considerado: procurar uma apresentação legal das suas contas que tenha como matriz o carácter de órgãos institucionais eleitos e peças do sistema político democrático e não uma mera conta empresarial. Se tal não for conseguido, o Poder Local Democrático expõe-se a tratamentos quantitativos inverosímeis, a comparações do incomparável, mesmo à subversão do debate e do confronto democráticos, à equacionação da democraticidade do próprio sistema democrático-constitucional.

Ao longo deste documento, permitir-nos-emos chamar a atenção para algumas questões técnicas que condicionam a análise quer quantitativa quer qualitativa. Logo, que condicionam, por vezes de forma determinante, a própria análise política.

Não entendemos, portanto, o Relatório de Gestão como uma mera peça técnica, económico-financeira, sentido em que aponta o POCAL. O Relatório de Gestão, que reputamos de essencial, deve ter um cariz matricialmente político ao qual se submete e integra a componente técnica. Aliás, estando ainda em fase de implementação e transição, a componente técnica ainda apresenta, e apresentará, consideráveis deficiências pelo que os dados quantitativos devem merecer uma muito prudente e avisada leitura.

A Prestação de Contas de 2009 inclui designadamente:

- Este Relatório de Gestão

- O Relatório de Actividades (RA) que, não sendo obrigatório legalmente, dá uma visão mais abrangente da actividade municipal quanto às acções materializadas e não incluídas na Execução do PPI

- A Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos (EAPPI) que traduz, tão-somente, a execução financeira no ano em causa

- Os Mapas de Execução Orçamental (fluxos financeiros) com a Conta de Execução Orçamental e outros mapas anexos de apoio como o Resumo das Receitas e Despesas Orçamentais e o Resumo das Despesas segundo a Classificação Económico/Orgânica e ainda os Mapas de Fluxos de Caixa e de Contas de Ordem.

- O Mapa de Operações de Tesouraria

- O Mapa de Empréstimos que demonstra a evolução dos empréstimos bancários ao longo do ano

- O Balanço e a Demonstração de Resultados (que, por lei, obriga à identificação dos resultados líquidos do exercício!), instrumentos contabilísticos que consideramos prematuros e desajustados da realidade dos Municípios

Quanto ao enquadramento político da actividade municipal, haverá a realçar as seguintes questões.

O ano de 2009 foi marcado pela realização, num curto espaço de tempo, de 3 actos eleitorais (Parlamento Europeu, Assembleia da República, Autarquias Locais). A Eleição das Autarquias Locais, em particular, convocava a população do concelho a pronunciar-se avaliando o trabalho do mandato anterior e escolhendo os novos órgãos do Poder Local. Dessa consulta popular, resultou uma nota positiva reforçada à actividade desenvolvida no mandato pelo Município de maioria CDU bem como o reforço da confiança na CDU para dirigir os destinos do Município no actual mandato.

Em 2009, agravou-se a crise geral do capitalismo que tendo sido despoletada no sector financeiro e especulativo se espalhou endemicamente por todo o sistema. Portugal que já vivia uma crise significativa decorrente das políticas neo-liberais do Governo e da União Europeia, viu aprofundar de forma drástica os problemas económicos e sociais da generalidade da população, com particular destaque para a recessão económica e o nível recorde de desemprego alguma vez visto após a Revolução de Abril de 1974.

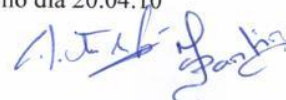
O ano foi ainda caracterizado pela continuidade da política governamental de recentralização estatal incluindo, como peça fundamental, uma regressão da autonomia política e económica justamente conquistada pelos Municípios Portugueses aquando do processo de democratização do País. Recorde-se que os Orçamentos de Estado de 2006 e 2007 suspenderam a Lei das Finanças Locais, retiraram mais de 220 milhões de euros (nos 2 anos) aos Municípios, impuseram severas limitações ao endividamento, introduziram uma inqualificável ingerência na gestão do pessoal e até dos fornecedores correntes. Aquelas medidas “evoluíram”, em 2008 e 2009, para pacotes e medidas legislativas profundamente penalizantes e com intenções de descaracterização regressiva do actual Poder Local Democrático: a aplicação da lastimável, autocrática e centralista nova Lei das Finanças Locais; as novas Leis neo-liberais e de intenções privatizantes referentes ao sector público local, a áreas de serviços básicos às populações (água, saneamento, lixo doméstico, etc.), aos preços, taxas e tarifas das Autarquias Locais; a legislação de precarização do trabalho na administração pública, incluindo a local. Salienta-se, contudo, que foi possível adiar, uma vez mais, a tentativa de alterar o sistema político do Poder Local reduzindo-lhe substancialmente a democraticidade.

O Governo manteve, e nalguns casos agravou, um vasto conjunto de reduções e restrições à gestão dos Municípios que, para além de alterarem por completo o enquadramento que tinha suportado legitimamente os compromissos eleitorais, condicionaram e penalizaram fortemente toda a actividade municipal. Falamos, por exemplo, do aumento imposto pela contratação individual aos custos do trabalho que são receita do Estado, do aumento dos custos com programas ocupacionais, das imorais taxas, tarifas e quejandos lançadas sobre os Municípios para financiar entidades da administração central como o IRAR, as ARHs, etc, dos custos do IVA (cuja redução, em 2008, de um ponto percentual não compensou o anterior aumento em dois pontos percentuais), do desconto para a CGA (em 2009, manteve-se o acréscimo de 50% verificado nos 3 anos anteriores), da não compensação de isenções de impostos municipais ou ainda da ilegítima intromissão na autonomia municipal ao limitar discricionariamente as despesas de pessoal muito além do que a própria Lei estabelecia ou da limitação ao endividamento.

Estas medidas traduziram-se, em termos financeiros, numa penalização do nosso Município na ordem de € 1.500.000,00 euros (um milhão e quinhentos mil euros) em 2009. Se a esta somarmos o valor perdido nos anos anteriores do mandato 2005-2009, obtemos um acumulado de cerca de € 5.800.000 euros (cinco milhões e oitocentos mil euros) para além das implicações não financeiras, algumas das quais com impacto indirecto no aumento da despesa ou na redução da receita.

Em 2009, outro aspecto político a relevar tem a ver com o novo QREN da União Europeia que abrange o período 2007-2013. Infelizmente, confirmando as nossas preocupações e avisos, o modelo governamentalizado, centralizado e burocratizado do QREN induz um baixíssimo grau de aplicação (menos de 6%) e baixas verbas disponibilizadas aos Municípios. Esta lastimável situação num momento que exigia aumento de investimento não poderá manter-se em 2010.

Em 2009, a contratualização de uma subvenção global entre a AMDE e o QREN evoluiu para a definição da estrutura de gestão (que será progressivamente transferida da AMDE para a CIMAC), das áreas, programas e projectos por Município. No âmbito daquela contratualização, o Município de Montemor-o-Novo garantiu o financiamento, com uma comparticipação comunitária global de cerca



de 50%, para investimentos de mais de € 14 milhões de euros no concelho estando já avançar vários processos.

Regista-se, pela sua enorme importância, o acordo com o anterior Governo e a empresa “Águas de Portugal”, para a criação de uma Parceria Pública Estado / Autarquias, base para a constituição de um sistema público supra-municipal de abastecimento de água e tratamento de efluentes domésticos. Em 2009, o primeiro passo foi dado com a assinatura com o Governo do contrato da parceria pública.

Em 2009, e apesar das fortes e difíceis condicionantes colocadas à actividade municipal, manteve-se a estabilidade económico-financeira do Município, garantiu-se um investimento considerável e assegurou-se um elevado nível quantitativo e qualitativo de cumprimento dos compromissos e objectivos traçados.

2. SITUAÇÃO ECONÓMICA E SOCIAL DO CONCELHO

2.1. Políticas Governamentais e da UE, Condicionantes Exógenas

Em 2009, a actual crise geral do capitalismo que aprofundou a crise que afectava já a maioria dos portugueses, aprofundou-se e agravou a degradação das condições de vida da generalidade dos cidadãos e cidadãs do nosso concelho. A evolução positiva de dois indicadores económicos – o recuo parcial do preço do petróleo e a queda das taxas de juro – amenizaram um pouco o avolumar das dificuldades da maioria das famílias montemorenses, em particular, dos trabalhadores, das empresas, dos casais jovens. Contudo, o desemprego alastrou e atingiu, no país, níveis históricos (oficialmente acima dos 10% mas, de facto, com pelo menos mais 2 pontos percentuais); a precariedade e insegurança no trabalho cresceram; as pequenas e médias empresas sofreram um choque económico com a redução geral do mercado e algumas fecharam a porta; o endividamento das famílias e as dificuldades de cumprir os compromissos financeiros contratados continuaram a crescer; aumentaram as dificuldades de acesso a bens e serviços básicos; a economia entrou em recessão. O concelho ressentiu-se mas apresentou uma resistência acima da média nacional como mostram alguns dos indicadores económicos e sociais.

Reafirmamos que o alastramento e agravamento da preocupante situação sócio-económica que vivemos no concelho e no país, não resulta do mau comportamento de meia dúzia de “gestores” ou “empresários” (aliás antes elogiados como individualidades de sucesso!) nem de quaisquer fatalidades ou inevitabilidades como a propaganda nos quer convencer. A degradação da vida da maioria dos Montemorenses (e dos Portugueses), a degradação da vida económica, social, cultural e até política decorre da insistência dos Governos (e da alargada maioria neo-liberal que domina o Poder Central) no aprofundamento das políticas conservadoras e neo-liberais, alinhadas e subservientes às orientações gerais de uma União Europeia ao serviço dos grandes interesses económicos, decorre da falência do modelo neo-liberal e capitalista que nos vem sendo imposto.

As políticas governamentais mantiveram, ainda que suavizadas pelo ano eleitoral, as opções estruturais para as quais e em devido tempo tínhamos alertado, nomeadamente:

- uma política estrutural de assumida recentralização do poder em desfavor da autonomia do Poder Local Democrático, em desfavor da descentralização, em desfavor do princípio comunitário da subsidiariedade;

- uma política estrutural de concentração urbana e de litoralização do País em desfavor do interior, em desfavor do mundo rural, em desfavor do combate ao desequilíbrio regional;

- uma política estrutural de cooperação estratégica com os grandes interesses económicos com consequências nefastas na concentração da criação e distribuição da riqueza em desfavor da grande maioria dos portugueses e dos montemorenses de menores ou mesmo médios recursos, em desfavor da generalidade do nosso tecido económico baseado em pequenas e médias empresas;

- uma política estrutural de progressiva desresponsabilização do Estado face às suas funções de carácter público e social em desfavor da salvaguarda do interesse público e do acesso geral dos cidadãos, independentemente dos seus rendimentos, aos bens ditos de “interesse geral” como o abastecimento de água, a saúde, a educação, a segurança entre outros.

Sendo certo que, pontual e esporadicamente, foram anunciadas e tomadas algumas medidas que reputámos de positivas, não menos certo é que medidas e anúncios pontuais não alteram as opções políticas estruturais que referenciámos. Manteve-se, por exemplo, o chorudo apoio governamental ao sector financeiro (em parte envolvido na especulação e, quiçá, noutras actividades ainda mais condenáveis) que contrasta com a permanente dificuldade na tomada de medidas que efectivamente reduza a imoral distribuição da riqueza e do rendimento existentes na sociedade portuguesa.

Opções políticas estruturais que, por seu turno, se estribam nas orientações neo-liberais desta UE apostada na construção de um sistema económico europeu dominado pelos grandes conglomerados económicos. Neste âmbito, a denominada “coesão económica” prevalece sobre a palavrosamente enaltecida “coesão social”. A crise global do capitalismo continua a agudizar as profundas desigualdades sociais na UE.

Permanece sem fundamento uma política económica da UE que condena um país, como Portugal, crescentemente deficitário na agricultura a abdicar da sua produção própria – a reforma da PAC aumentou esta insanável contradição – substituindo produção, emprego, criação de riqueza por abandono dos campos e importações. Aliás e face às alterações em curso na produção e no mercado mundiais de alimentos (com os biocombustíveis e a explosão do mercado chinês), a UE e o Governo teimam em não rever esta PAC e, finalmente, apostar na produção agro-pecuária em Portugal tendo como objectivo mínimo o auto-abastecimento. Montemor, pelas suas características, é profundamente penalizado; mais produção, mais investimento levariam a mais emprego e mais desenvolvimento.

A crise global do capitalismo questiona o neo-liberalismo e a sua dominância ideológica. Questiona o tipo de construção europeia que está a ser seguido. Questiona o desacreditado Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) da UE que estabelece limites administrativos (vidé défice orçamental) independentemente das realidades económicas nacionais ou das diferentes conjunturas que se podem verificar. Questiona a onda privatizadora – bem visível na directiva “Bolkestein” dita de “serviços de interesse geral”! – que visa transformar em negócio privado a generalidade do sector público.

A crise global do capitalismo veio colocar na ordem do dia a necessidade de ir por outro caminho. E há um outro caminho alternativo para a UE: uma Europa dos Povos, uma Europa da enriquecedora diversidade nacional e cultural, uma Europa Social que queira construir coesão e justiça sociais compatíveis com elevados níveis de dinâmica económica.

Infelizmente, no final do ano, reféns e bloqueados pelo ideário neo-liberal, verificamos que os Governos e a Comissão Europeia insistem em reactivar as políticas que conduziram ao lastimável estado actual!

A crise global do capitalismo demonstrou ainda o que antes afirmámos. Os problemas estruturais e de âmbito nacional ou comunitário, não podem ser resolvidos – como alguns demagogicamente reclamam localmente – por políticas municipais quaisquer que sejam, ainda que pontual ou conjunturalmente possam ser atenuáveis pela acção do Município e/ou de dinâmicas locais. Não remetemos todas as responsabilidades para o Poder Central e para a União Europeia mas confirmou-se a justeza de não aceitar o branqueamento das políticas governamentais e europeias cujas consequências negativas para a maioria da população do Concelho e para o desenvolvimento do Concelho são notórias. Estudámos os problemas do Concelho, analisámos os impactos das políticas governamentais, elaborámos propostas fundamentadas. Assumimos a saudável e não acomodada política de lançar e apoiar acções de denúncia e de reivindicação ao mesmo tempo que apresentámos acções de proposta, acções de iniciativa, acções de parceria na busca de respostas positivas aos problemas das populações do nosso Concelho.



Cumprindo os compromissos programáticos, não abdicámos de ser a voz dos Montemorenses, procurámos intervir e contribuir positivamente nas questões de âmbito regional, nacional ou internacional que afectaram e afectam o nosso Concelho!

2.2. Principais Problemas e Consequências

Confirmou-se o agravamento da situação social e económica do Concelho, em 2009. Continuou a afectar particularmente as pessoas de menores recursos e socialmente mais vulneráveis mas também alastrou na classe média. As pequenas empresas e negócios, que constituem a quase totalidade do nosso tecido económico, aumentaram as dificuldades, diminuíram as encomendas e as vendas, foram obrigadas a colocar trabalhadores no desemprego; algumas encerraram, outras têm crescentes problemas de viabilidade.

O desemprego voltou a atingir, a nível nacional, valores históricos (oficialmente mais de 10%) e o concelho sofreu igualmente mesmo entre os mais qualificados como é o caso dos jovens licenciados. Ainda assim registámos taxas de desemprego abaixo dos níveis médios da Região. Diminuiu a oferta de emprego em geral e a oferta de 1º emprego para os jovens. Agravou-se a precarização e insegurança no emprego existente sendo que várias empresas do concelho viram acrescidas as dificuldades para assegurar o pagamento atempado de remunerações bem como os seus compromissos com a segurança social. Algumas empresas faliram mesmo e outras estão em grave risco. A crise atingiu mesmo instituições sem fins lucrativos com peso no Concelho quer pela sua área de actividade quer pelos postos de trabalho que asseguram. O problema do emprego (ainda que sendo uma questão nacional) é ainda mais grave e preocupante; sem dúvida, o principal problema estrutural que afecta a vida do Concelho. Mas é indissociável da liquidação da actividade produtiva que nos vem sendo imposta.

Detectaram-se situações de falta de alimentos em crianças em idade escolar e nalgumas famílias. É um problema novo que não se verificava desde a Revolução de Abril de 1974 e cuja tendência está a crescer. O Programa Montemor Solidário assegurou uma resposta eficaz e digna no âmbito do sistema escolar e através da acção social escolar (eixo 2).

Continuou a agravar-se a assimétrica, desequilibrada e injusta distribuição do rendimento, consequência das políticas neo-liberais que vêm sendo aplicadas há mais de 3 décadas e que se traduzem em acentuados desequilíbrios sociais que afectam negativamente a maioria dos Montemorenses e são um travão ao nosso desenvolvimento económico.

A maioria dos reformados, pensionistas e idosos, mais de 1/3 da população, voltou a perder poder de compra, já muito débil, e teve maiores dificuldades no acesso à prestação de cuidados públicos de saúde.

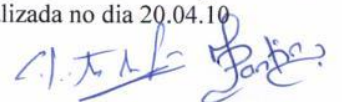
A toxicodependência terá mantido a tendência de estabilização mas permaneceu como uma preocupação e um problema social.

O alcoolismo, a desadaptação e o insucesso escolar, a frustração de expectativas sociais são outros problemas sociais que permaneceram a níveis preocupantes e que a actual crise tende a fazer crescer.

A imigração continuou a tendência decrescente no nosso Concelho sendo que as situações mais graves (clandestinos, trabalho sem direitos) estão em níveis reduzidos.

Terão diminuído as redes de prostituição no concelho. Este problema, que ultrapassa as competências municipais, tem merecido o nosso atento acompanhamento e, sempre que possível, a nossa intervenção apesar de legalmente limitada.

Em 2009, o Governo não abandonou as tentativas de empobrecimento, diminuição e mesmo encerramento de serviços públicos essenciais com grande impacto no (não) desenvolvimento. Entretanto, a Câmara manteve-se firme na denúncia de tais propósitos, na contestação fundamentada



a essas medidas, na disponibilidade de negociação com o Governo e os seus órgãos desconcentrados. E os Montemorenses assumiram, de diversas formas, a luta pela defesa dos seus serviços públicos afectados e a luta em defesa da qualidade de vida duramente conquistada.

Os responsáveis regionais e locais de saúde continuaram a procurar o encerramento de serviços públicos de saúde. Aproveitando o fraco argumento da Gripe A, o Internamento Clínico do Centro de Saúde foi encerrado sem alternativa. Aos encerrados Postos Médicos de S. Brissos e Baldios, juntaram-se os de Foros do Cortiço e S. Geraldo. Estes últimos tendo assistido a um triste episódio: parcialmente reabertos antes das Eleições Legislativas voltaram a ser encerrados após as Eleições Autárquicas!

Pela denúncia, pela luta, pela proposta e pela negociação foi possível, no mandato findo, impedir o encerramento do SAP, do internamento clínico e de várias extensões de saúde (postos médicos). Foi ainda possível, na sequência da reclamação apresentada e baseada numa elaborada e forte fundamentação, assegurar, entre outros, os compromissos da criação de um Serviço de Urgência Básico (SUB) na nossa cidade, de construção do novo Centro de Saúde, de apoio à criação, pelo Hospital de S. João de Deus, de uma nova Unidade de Convalescença.

Na senda governamental, a administração dos CTT continuou a insistir e a pressionar o encerramento da estação do Escoural e do posto de Cortiçadas de Lavre. A acção da Câmara, a firmeza das Juntas de Freguesia e das populações têm impedido aqueles encerramentos até agora.

E, finalmente, um destaque para, após mais de 8 anos de boicote à criação e financiamento do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento, termos conseguido negociar com o Governo uma (e primeira no país!) Parceria Pública Estado / Municípios para a criação de um Sistema Público Supra-municipal para o abastecimento de água e o tratamento de efluentes no Alentejo. Assim, será mantido o sistema e a gestão públicas deste sector vital para as nossas populações!

Com outras políticas, realmente preocupadas com o bem-estar da generalidade das cidadãs e cidadãos e não comprometidas com os grandes interesses económicos, Montemor, a vida das suas populações, as dinâmicas de desenvolvimento do Concelho, ao invés de profunda e negativamente afectadas, poderiam ter melhorado substancialmente!

Procurámos, no âmbito das nossas competências, estudar, acompanhar, intervir, responder a estes problemas. Convirá, em simultâneo, sublinhar e reafirmar o facto de que Montemor manteve uma actividade económica, social, cultural e política que tem contribuído para, na medida do possível, contrariar o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais e europeias identificadas.

3. GESTÃO MUNICIPAL EM 2009

3.1. Opções Programáticas do Mandato 2005 / 2009

Recordam-se as Grandes Opções Programáticas do mandato 2005/2009, contidas no Programa Eleitoral que a C.D.U. apresentou e foi sufragado maioritariamente pelos Montemorenses nas Eleições Autárquicas de 2005:

- 1. Fomentar a democracia participada e a gestão democrática*
- 2. Inovar Montemor*
- 3. Incentivar maior desenvolvimento económico e mais emprego*
- 4. Desenvolver o ordenamento e o urbanismo, Qualificar a habitação e o património*
- 5. Preservar e elevar a qualidade ambiental, Aumentar a qualidade de vida*



6. Promover a cultura, o desporto, o associativismo e o lazer

7. Potenciar a energia da juventude, Fixar jovens

8. Apostar na educação

9. Apoiar os mais carenciados, Elevar as condições sociais

10. Reforçar a segurança e a protecção civil

Apesar de condicionada pelo facto do Governo ter decidido alterar drasticamente o quadro legal e os recursos económico-financeiros que tinham servido de base à elaboração do Programa Eleitoral e que culminou com a aprovação pela maioria PS na Assembleia da República de uma nova e castradora (sobretudo, da autonomia política e financeira do Poder Local) Lei das Finanças Locais, o nível de concretização foi muito significativo. Isso mesmo foi reconhecido e positivamente avaliado nas Eleições Autárquicas de Outubro de 2009.

Na prática, nos últimos dois meses do ano, já sob a vigência do novo Executivo, foi dada continuidade à concretização daquelas Opções.

3.2. Executivos Municipais e Pelouros

Em 2009, a Câmara Municipal teve dois Executivos: até final de Outubro, o do final do mandato 2005/2009; a partir do início de Novembro, um novo Executivo resultante das Eleições Autárquicas de Outubro.

O Executivo da Câmara Municipal, resultante do mandato 2005/2009, foi constituído, até final de Outubro de 2009, por 4 Eleitos pela CDU, 2 Eleitos pelo PS e 1 Eleito pela Coligação PSD/CDS-PP. Naquele, todos os Eleitos pela CDU tinham pelouros. O Vereador Rogério Pinto, eleito pelo PS, não aceitou pelouros. O Vereador António Chaveiro, eleito pelo PS, aceitou pelouros. O Vereador João Pereira Reis, da Coligação PSD/CDS-PP, não aceitou pelouros. A distribuição de pelouros no Executivo cessante em 2009, foi a seguinte:

- Presidente Carlos Pinto de Sá (CDU): Coordenação Geral, Relações Institucionais, Administração Geral e Financeira, Secretariado, Área Jurídica e Pessoal, Planeamento e Desenvolvimento Económico, Relações Públicas e Comunicação, Segurança

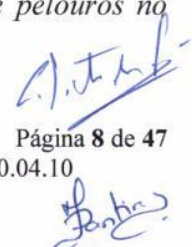
- Vice-Presidente e Vereador António Danado (CDU): Obras Municipais, Abastecimento de Água, Saneamento, Protecção Civil, Serviços de Apoio Operacional, Vigilância

- Vereadora Hortensia Menino (CDU): Relações com Freguesias, Ordenamento do Território e Administração Urbanística, Ambiente e Serviços Urbanos

- Vereador João Marques (CDU): Acção Social, Saúde, Educação, Cultura, Desporto, Juventude, Documentação

- Vereador António Chaveiro (PS): Mercados e Feiras

O novo Executivo da Câmara Municipal, resultante das Eleições Autárquicas de Outubro de 2009, e em funções nos dois últimos meses do ano, tem 4 Eleitos pela CDU, 2 Eleitos pelo PS e 1 Eleito pelo PSD. Neste, todos os Eleitos pela CDU aceitaram pelouros. Os Vereadores eleitos pelo PS não aceitaram pelouros. A Vereadora eleito pelo PSD aceitou pelouros. A distribuição de pelouros no novo Executivo que tomou posse no final de Outubro de 2009, foi a seguinte:



- *Presidente Carlos Pinto de Sá (CDU): Coordenação Geral, Relações Institucionais, Administração Geral e Financeira, Secretariado, Área Jurídica e Pessoal, Planeamento e Desenvolvimento Económico excluindo Gestão de Infra-estruturas Económicas e incluindo ZIA, Relações Públicas e Comunicação, Segurança*
- *Vice-Presidente e Vereadora Hortensia Menino (CDU): Relações com Freguesias, Ordenamento do Território e Administração Urbanística, Ambiente e Serviços Urbanos*
- *Vereador João Marques (CDU): Acção Social, Saúde, Educação, Cultura, Desporto, Juventude, Documentação*
- *Vereador António Pinetra (CDU): Obras Municipais, Abastecimento de Água, Saneamento, Serviços de Apoio Operacional, Vigilância*
- *Vereadora Maria de Lurdes Vacas de Carvalho (PSD): Protecção Civil, Gestão de Infra-estruturas Económicas excepto ZIA*

3.3. *Actividade Municipal em 2009*

A Actividade Municipal em 2009 é, de seguida, exposta sinteticamente e disponibiliza dois documentos de suporte:

- *O Relatório de Actividades (RA) não incluídas na Execução Anual do PPI e que legalmente não é obrigatório;*
- *A Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos (EAPPI).*

No que diz respeito ao RA manteve-se a opção de o elaborar procedendo a uma síntese de cada acção. Evita-se uma descrição exaustiva que, não obstante ser bastante mais enriquecedora e dar uma dimensão qualitativa que por vezes se perde, levaria a um extenso e pesado documento.

No que diz respeito à EAPPI, a sua leitura deve ser cuidadosa tendo em conta quer características técnicas intrínsecas quer factores transitórios inerentes à sua gradual implementação. Quanto às primeiras, nota-se que, de acordo com o POCAL, este documento mostra o efectivamente pago. Ora, registando-se os pagamentos e não as liquidações, o EAPPI mostra as execuções financeiras e não as execuções físicas. Haverá ainda que distinguir tecnicamente entre despesas de capital e investimento no sentido económico, despesas de capital da Conta de Gerência e investimento na EAPPI. Sem entrar em explicações teóricas complexas, nota-se que aqueles conceitos levam a diferenças entre o Investimento real, os valores de capital expressos na Conta de Gerência e a EAPPI. Quanto aos segundos, temos vindo a aumentar gradualmente o rigor dos registos. Contudo, vivendo-se ainda uma fase de transição na sua implementação mas também por imposição do POCAL, não é possível garantir uma cabal correspondência entre o real e o registo contabilístico, não captando este último a totalidade do investimento.

Os códigos, explicitados ao longo deste texto permitem remeter para o RA e/ou para a EAPPI. Os códigos correspondem a uma hierarquização a saber: Função/Opção Programática (2 dígitos); Sub-função (4 dígitos); Programa (6 dígitos); Projecto (8 dígitos); Acção (10 dígitos).

3.3.01. *Fomentar a Democracia Participada e a Gestão Democrática*

Sendo princípio e característica política diferenciadora do nosso projecto autárquico, foi concretizada como prioridade a opção estratégica de fomentar a democracia participativa como pilar de uma gestão municipal democrática, aberta e participada em estreita ligação com as populações.

Uma particular atenção foi dada aos programas e acções de auscultação e fomento da participação cívica na gestão municipal quer ao nível dos trabalhadores do Município quer das instituições locais quer das populações. Em termos gerais, o trabalho proposto foi concretizado.

Procurámos os consensos possíveis, desde que não redutores da democraticidade interna, para garantir condições de funcionamento e participação democráticas no âmbito do Executivo Municipal.

Vivemos uma época de preocupante empobrecimento democrático, de desvalorização da participação cívica, de descredibilização da política e dos órgãos institucionais democráticos, de apelos e iniciativas legislativas redutoras da democraticidade do sistema político oriundo da Revolução de Abril. A democracia, sobretudo se a queremos participada pelas cidadãs e cidadãos, requer sempre exercício, correcção de erros, constante melhoria e aperfeiçoamento. Foi o que procurámos fazer.

Esta opção programática (código 01) concretizou-se nas seguintes grandes linhas/sub-funções: participação popular nos processos de tomada de decisão (código 01.01.), aprofundamento da democracia política (código 01.02.), fomento da dinâmica popular (código 01.03.), reivindicações ao Poder Central (código 01.04.) e participações institucionais (código 01.06.).

3.3.01.01 Participação Popular nos Processos de Tomada de Decisão

Neste âmbito, concretizámos dois programas.

O Programa de auscultação não institucional (RA-01.01.01.) onde se asseguraram diversas acções como encontros e atendimentos à população (estes só se realizaram no 1º semestre devido às Eleições Autárquicas), plenários e reuniões diversas.

O Programa de estruturas consultivas locais de participação (RA-01.01.02.) manteve o funcionamento das estruturas existentes que têm dado um enorme contributo nas suas áreas de actuação. O Conselho Cinegético, estrutura consultiva a que o Governo retirou importância, não funcionou porque não se justificava a sua recomposição em ano eleitoral. Destaca-se o funcionamento do Conselho Municipal de Educação, reformulado em 2006 e do Conselho Local de Acção Social, estrutura de coordenação da Rede Social.

3.3.01.02. Aprofundamento Democrática Política

Cumprimos os seguintes os programas:

Programa de aperfeiçoamento do Poder Local (RA-01.02.01.) onde se denunciou a tentativa de alteração e empobrecimento democrático do actual sistema político (presidencialização, centralização, monopartidarismo, diminuição do número de eleitos, não proporcionalidade da eleição, liquidação da eleição directa, etc.) e onde defendemos medidas para aprofundar a democraticidade do sistema e aperfeiçoar o seu funcionamento.

Destaca-se, face à política governamental, a defesa do serviço público contra a privatização e a denúncia dos ataques à autonomia do Poder Local, nomeadamente, quanto à nova Lei das Finanças Locais, quanto à nova Lei referente às taxas, quanto ao pacote de leis que vieram alterar, precarizando, o estatuto dos funcionários públicos.

Programa de defesa da regionalização (RA-01.02.02.) onde continuámos a defender a institucionalização das Regiões Administrativas, cumprindo a vontade expressa pelo voto dos Montemorenses, pela democratização do poder regional, terminando com as nomeações e submetendo a eleição, os órgãos de poder regional institucionalizando, conforme preceito constitucional e necessidade para o desenvolvimento, as regiões administrativas.

Programa de descentralização local (RA-EAPPI-01.02.03.) onde, apesar das restrições económico-financeiras que nos foram impostas, continuámos a aprofundar a descentralização negociada de competências e meios para as Juntas de Freguesia, nomeadamente através do Protocolo de Descentralização de Competências e Meios e do Protocolo de Cooperação Câmara / Juntas de Freguesia e

outras acções de cooperação (onde a colaboração institucional e a descentralização de meios apoia a autonomia e competências próprias das Freguesias).

Programa para o associativismo inter-municipal (RA-01.02.04.) ao qual atribuímos grande importância. Participámos activamente no funcionamento da AMDE, nomeadamente contribuindo activamente para a negociação e consensualização de posições de que resultou, por exemplo, a obtenção da subvenção global contratualizada no âmbito do QREN.

Recorda-se que o Governo impôs por via legislativa o que não logrou obter nem democraticamente nem na Justiça: a extinção das Regiões de Turismo e a criação de novas Estruturas Regionais de Turismo governamentalizadas e permeáveis aos grandes interesses económicos. Neste contexto, e na sequência de complexas negociações políticas foi possível obter garantias mínimas para a nossa participação na Turismo do Alentejo, ERT pelo que a Câmara aprovou, mantendo a nossa autonomia e posições críticas, iniciar o processo de participação naquela estrutura.

Também participámos activamente e contribuimos para o acordo político consensual que permitiu a criação da nova CIMAC - Comunidade Inter-Municipal do Alentejo Central (no território do distrito de Évora) que irá assegurar a subvenção global contratualizada pela AMDE com o QREN.

Empenhámo-nos, de igual forma, em assegurar o funcionamento da AMAMB, estrutura associativa fundamental para garantir as candidaturas do Sistema Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento e que, pela sua acção, deu um contributo determinante ao êxito da negociação da Parceria Pública na área da água e saneamento.

Participámos activamente no Conselho Geral da GESAMB, EIM, empresa que tem demonstrado a sua capacidade para garantir, no sector público local, a recolha de resíduos para reciclagem e o tratamento dos RSUs no nosso distrito.

3.3.01.03. Fomento da Dinâmica Popular

No âmbito do fomento da dinâmica popular (RA-01.03.), continuámos a assegurar um amplo apoio ao movimento associativo local gravemente afectado pela política de redução de apoios da administração central bem como à participação das populações nos processos de decisão. Mantivemos diversas formas de parceria e participação (contratualização com instituições e gestão participada de equipamentos).

3.3.01.04. Reivindicações ao Poder Central

A Câmara manteve, face ao Poder Central, uma postura crítica e reivindicativa na intransigente defesa dos interesses colectivos dos Montemorenses e do desenvolvimento do concelho e do Alentejo. Esta postura, aliada à luta popular desencadeada em anos anteriores, traduziu-se nalguns resultados:

- foi iniciada a intervenção que vai permitir criar melhores condições de acolhimento aos milhares de visitantes e requalificar a Gruta do Escoural. Infelizmente e com evidentes prejuízos, mantém-se o encerramento do Centro Interpretativo existente na vila;

- está em fase final o projecto de arquitectura (da responsabilidade do Arq. José Filipe Ramalho da Direcção Regional de Cultura do Alentejo) para a recuperação do Convento da Saudação e a instalação do novo Centro Nacional de Artes Transdisciplinares com base numa parceria (ainda que só verbal) Câmara / Espaço do Tempo (Rui Horta) / Ministério da Cultura; obteve-se uma intervenção de emergência e preservação, há muito solicitada, na Igreja do Convento;

- manteve-se o compromisso (ainda que só verbal e precário) para o não encerramento de escolas neste ano lectivo;

J. Santos

- começou, finalmente, a concretizar-se o compromisso (ainda que só verbal) para a implementação do Parque Integrado de Saúde, com base numa parceria Câmara / Hospital de S. João de Deus / Ministério da Saúde, com a actualização do projecto do novo Centro de Saúde, incluindo o SUB, tendo a Câmara cedido formalmente o respectivo terreno;

- acordou-se a criação de uma Parceria Pública para a criação de um Sistema Público de Abastecimento de Água e Saneamento (em alta), parceria esta que salvaguarda o carácter público do sistema.

Tais compromissos não nos inibiram de exigir, porque justo e necessário a melhores condições de vida das populações, a reabertura dos Postos Médicos encerrados nas freguesias nomeadamente em S. Geraldo, Foros do Cortiço, S. Brissos e Baldios. No caso de S. Geraldo (e do Cortiço), mantém-se uma ridícula e absurda teimosia insustentável: o médico passa a meia dúzia de metros do Posto Médico encerrado com boas instalações e bem equipado e segue para o Cíborro, a 6 kms de distância, com a população atrás do médico para consulta no Cíborro!

Continuámos a denúncia e a luta em defesa da autonomia do Poder Local Democrático, contra as medidas centralistas de penalização das Autarquias Locais, contra a centralista nova Lei das Finanças Locais. Continuámos a denúncia, a luta e a negociação contra o encerramento de serviços públicos no Concelho. Paralelamente, adoptámos uma atitude de proposta fundamentada, de colaboração activa para a concretização das políticas, projectos e acções com reflexo positivo em Montemor-o-Novo e no Alentejo.

Batemo-nos pela necessidade de novas políticas nacionais de desenvolvimento regional (RA-01.04.01.) e pela concretização de projectos concelhios (RA-01.04.02.) da responsabilidade da administração central que são determinantes para o desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. É o caso exemplar e incompreensível do não avanço da elaboração do plano de ordenamento da Barragem dos Minutos o que pode pôr em causa a qualidade da água para futuro abastecimento público.

3.3.01.06. PARTICIPAÇÕES INSTITUCIONAIS

Assegurámos importantes participações institucionais (RA-01.06.) aos diversos níveis (municipal, regional, nacional e internacional). Pela negativa, manteve-se o impedimento ao normal funcionamento do Conselho Regional da CCDRA, único órgão regional que reúne representantes das forças vivas do Alentejo. Releva-se, pela positiva, a diversificada participação da Câmara na discussão, viabilização e criação de várias Redes (só com Municípios ou com outras instituições) de que se destaca a Rede Corredor Azul que sustenta uma ambiciosa candidatura ao QREN no âmbito da promoção do território, entretanto aprovada. E ainda a participação na AMDE e na CIMAC (em termos regionais), na ANMP (em termos nacionais) e no Comité das Regiões da UE (em termos internacionais). O Presidente da Câmara Municipal fez uma comunicação ao XVIII Congresso da ANMP realizado em Dezembro.

3.3.02. Inovar Montemor

A implementação de um Programa para a Inovação revelou-se mais lenta e difícil do que o inicialmente previsto além, obviamente, de ter sido afectada pelas restrições e cortes orçamentais. Assim, centrámo-nos na própria Câmara e no seu funcionamento e progressivamente começámos a alargar ao concelho. Queremos estar a contribuir para iniciar uma cultura de inovação e modernização para o desenvolvimento sustentado de Montemor.

Esta opção programática (código 02) concretiza-se em duas sub-funções: modernizar a Câmara, melhorar o serviço público (código 02.01.) e fomentar a inovação (código 02.02.).

3.3.02.01. MODERNIZAR A CÂMARA, MELHORAR O SERVIÇO PÚBLICO

1.1.10.16
João

A prioridade Modernizar a Câmara, Melhorar o Serviço Público, com o objectivo da inovação na Câmara, teve continuidade nos seguintes programas:

No Programa para Organização dos Serviços (RA-02.01.01.) podemos afirmar que a nova organização de serviços foi implementada com sucesso, está consolidada, a funcionar regularmente e a responder positivamente aos objectivos para que foi criada.

No Programa para o Pessoal (RA-02.01.02.) prosseguimos três áreas fundamentais: a melhoria das condições de trabalho onde, apesar das dificuldades económico-financeiras, se registou uma evolução geral muito positiva mas abaixo do desejável; a formação que atingiu um novo patamar quer com o funcionamento do Plano Anual de Formação com a AMDE quer no apoio à aquisição de novas competências por dezenas de trabalhadores; e a participação dos trabalhadores na organização e na actividade da Câmara. Salienta-se, em 2009, a cabal implementação do SIADAP - sem abdicarmos das pesadas críticas que lhe fazemos nomeadamente pelos níveis de injustiça, conflitualidade, afectação de carreiras e remunerações e desmotivação, entre outras, que introduz! – em que procurámos garantir a participação dos trabalhadores, incluindo a Comissão Sindical e o STAL e em que procurámos, também, minimizar os constrangimentos intrínsecos e as profundas desadequações face à realidade.

Do Programa de Modernização das Instalações Municipais (RA-EAPPI-02.01.03.) foram canalizadas verbas para outras necessidades do Concelho, nomeadamente, de carácter social. Ainda assim, continuaram a ser feitas intervenções e melhorias pontuais.

O Programa de Modernização de Equipamentos (RA-EAPPI-02.01.04) assegurou uma continuada actualização dos equipamentos apesar das fortes limitações orçamentais face às reais necessidades.

O Programa de Valorização do Município (RA-EAPPI-02.01.05.) centrou-se, essencialmente, na promoção interna e externa do concelho e na comunicação ainda que com restrições orçamentais.

Os principais objectivos nesta área da comunicação foram atingidos. Destaca-se o êxito da nova Revista Municipal “Mor Magazine” (lançada no ano anterior) e que alargou significativamente os temas tratados e a participação e promoção de instituições, produtos e serviços concelhios. Foi assegurada uma resposta mais eficaz a acções de desinformação que nos foram dirigidas. Manteve-se um satisfatório relacionamento com a comunicação social em geral.

O Programa de Documentação (RA-EAPPI-02.01.06.) continuou o trabalho de reforço e modernização de um conjunto de bases de dados sobre a actividade municipal.

3.3.02.02. FOMENTAR A INOVAÇÃO

O aprofundamento da crise afectou acções e parcerias para a inovação que estávamos a procurar estabelecer. Consideramos necessário continuar a fomentar a capacidade de inovação nos diversos sectores e actividades do nosso concelho de forma a sustentar, no futuro, uma cultura de inovação. Desenvolvemos dois programas.

O Programa para as Novas Tecnologias (RA-EAPPI-02.02.02.) onde se destaca o funcionamento do Évora Distrito Digital (EDD) e o projecto da Rede Comunitária do Distrito de Évora e ainda outras áreas que não só as tecnologias da informação.

A Rede Comunitária do Distrito de Évora (anel de comunicações em fibra óptica) aposta em colocar o distrito na vanguarda do uso das tecnologias da informação e ainda em criar um importante factor de competitividade empresarial e institucional. O projecto assenta em duas vertentes. A primeira, considerada requisito fundamental, é possibilitar a interligação de todas as sedes de concelho e é denominada Rede Comunitária Nível 1. A segunda, denominada Rede Comunitária Nível 2, visa implementar redes empresariais nos Parques Empresariais/Industriais dos 14 Municípios potenciando o desenvolvimento e o

acesso a serviços comuns. As duas redes complementam-se e permitem implementação e sustentabilidade do projecto. Em 2009, o investimento foi concluído.

O Programa da Carta Estratégica (RA-02.02.03.) continuou a dinamizar alguns programas e acções propostos donde destacamos as redes intermunicipais e, pela sua importância, o projecto de recuperação do Convento da Saudação para instalação do Centro Nacional de Artes Transdisciplinares.

3.3.03. Incentivar Maior Desenvolvimento Económico e Mais Emprego

Mantêm-se actual o que escrevemos em anos anteriores:

“As políticas nacionais e, em particular a política nacional de desenvolvimento regional, são determinantes para o desenvolvimento local e regional. Não é possível definir e aplicar uma estratégia local de desenvolvimento (excepto em casos muito específicos) que consiga sobrepor-se àquelas políticas e à sua concretização no território concelhio ou da Região. Por isso, nos pronunciamos sobre aquelas políticas e propomos outras que entendemos mais adequadas e justas para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo e para as condições de vida dos diversos grupos sociais. A responsabilidade do Poder Central na situação dos concelhos e Regiões é, pois, nuclear e indescartável.

Consideramos que Montemor-o-Novo e o Alentejo têm sido pesadamente penalizados pelas políticas do Poder Central e que o seu estágio de desenvolvimento resulta disso. Consideramos, ainda, que um real processo de desenvolvimento do concelho e da Região implica uma nova e diferente orientação política. Aos Governos compete desencadear as políticas, os programas, os projectos, as medidas que despoletem e sustentem processos de desenvolvimento. Montemor, o Alentejo e, em geral, todo o interior do País continuam a aguardar tais opções!

Entretanto, esta nossa posição não significa alijar toda e qualquer responsabilidade deste tipo. Ao contrário, assumimo-las no âmbito das competências do Poder Local e procuramos e procuraremos uma activa intervenção municipal para o desenvolvimento”.

O desenvolvimento económico e o emprego constituem, no contexto que acima descrevemos, uma prioridade estratégica. Em 2009, apesar dos nossos esforços, o aprofundamento da crise nacional ampliada pela crise global do capitalismo, aumentou a incerteza quanto à implementação da maioria dos projectos e investimentos negociados.

Esta prioridade estratégica (código 03) apostou no planeamento estratégico (código 03.01.) e na diversificação, expansão e dinamização da base económica (código 03.02.).

3.3.03.01 Planeamento Estratégico

No Programa de Instrumentos de Intervenção Estratégica (RA-03.01.01.) iniciaram-se os trabalhos para a elaboração da Agenda 21 Local.

3.3.03.02. Diversificar, Expandir e Dinamizar a Base Económica

O diversificação, expansão e dinamização da base económica continuou como pilar fundamental da estratégia de desenvolvimento porque só com produção, criação de riqueza e novos postos de trabalho será possível sustentar o despovoamento, recuperar população. Não descurámos, contudo, a importância e impacto de outras acções ainda que, eventualmente, com menor visibilidade na sua incidência económica.

O Programa de Infra-estruturas de Apoio ao Desenvolvimento (RA-EAPPI-03.02.01.) deu atenção particular à Zona Industrial da Adua, nomeadamente ao apoio à instalação de novas empresas e ao Plano de Pormenor para a sua expansão. Foi garantido financiamento para o futuro Centro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas, a instalar na ZIA, prevendo-se o lançamento do concurso no 1º semestre de 2010. Não foi possível avançar com o estudo da viabilidade de instalação de um Parque Empresarial e Tecnológico

virado para empresas de maior dimensão. Foi feito um importante investimento na pavimentação da zona do toldo do Parque de Exposições Municipal que aumenta em mais de 1.000 m² a área com capacidade expositiva.

O Programa de Promoção da Economia do Concelho (RA-03.02.02.) promoveu e divulgou recursos e potencialidades do concelho. A crise agudizou-se quer afectando as empresas existentes quer obrigando a recalendarizações nos investimentos previstos mas, nota-se, não nos foi reportada qualquer desistência de investimento previsto. Asseguraram-se contactos e negociações com potenciais novos investidores. Dos 2 empreendimentos turísticos em fase mais avançada, um já entrou em obra mas o outro entendeu reformular o projecto já aprovado. 2009 consolidou o êxito do novo formato da Feira da Luz, lançado em 2007; tivemos provavelmente a maior Feira da Luz de sempre, tendo crescido enquanto a generalidade dos grandes eventos da Região registou quebras. Realce ainda para as realizações do 6º Festival de Sopas e da 6ª Feira do Pão e da Doçaria, certames que apesar da crise não registaram quebras de visitantes. Novos visitantes exteriores ao concelho foram captados. Assinale-se ainda a Semana de Promoção do Concelho na Casa do Alentejo, em Lisboa, que atingiu os objectivos propostos. São importantes momentos de promoção e divulgação do concelho, de empresas e produtos concelhios e regionais.

Os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Económico (RA-EAPPI-03.02.03.) assentaram em programas de iniciativa municipal com destaque para o FAME, para o programa de apoio aos pequenos e médios agricultores e para a nova campanha de promoção do comércio tradicional. Insistimos nas parcerias onde se continuou importante trabalho de contactos, diálogo e propostas mas com avanços são lentos. O mesmo se pode referir quanto ao associativismo económico.

No Programa de Dinamização de Actividades (RA-03.02.04.) continuámos a aposta no turismo onde, infelizmente, já não pudemos contar com a colaboração da RTE e da ARTA, instituições fundadas no associativismo municipal e local e na autonomia (que o Governo, por via legislativa, havia liquidado) e cujo contributo para o desenvolvimento turístico da nossa Região foi ímpar e de que ainda se colheram frutos em 2009. A inauguração da Ecopista do Montado disponibilizou uma importante infra-estrutura com potencialidades turísticas que já se confirmaram.

No Programa de Participação em Projectos de outras Entidades (RA-03.02.05.) colaborámos com instituições locais e regionais (ADRAL, AMDE, Municípios, etc.) em acções e projectos com vista ao desenvolvimento económico.

(Nota: O ponto 3.3.04. não existe por questões técnicas de codificação do RA e EAPPI.)

3.3.05. Desenvolver o Ordenamento e o Urbanismo, Qualificar a Habitação e o Património

O ordenamento, a gestão do território, o uso planeado do solo, o urbanismo de qualidade como instrumentos do desenvolvimento sustentável e integrado manteve-se como prioridade estratégica.

Esta opção programática (código 05) concretizou-se através da gestão urbanística (código 05.00.), do planeamento (código 05.01.), do apoio à recuperação e construção de habitação (código 05.02.), da qualificação urbana (código 05.03.), da rede viária (código 05.04.), do património edificado (código 05.05.), do apoio a iniciativas de particulares (código 05.06.), da gestão dos solos (código 05.07.) e da energia (código 05.08.).

3.305.00. Gestão Urbanística

No Programa de Gestão Urbanística (05.00.01.) regista-se a aprovação e entrada em vigor do Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, culminando um processo de ampla discussão, permitindo que o município tenha agora uma ferramenta de trabalho de intervenção urbanística. De referir também os trabalhos desenvolvidos no âmbito do sistema de informação urbanística, na organização e uniformização geográfica e na definição de informação geográfica no âmbito dos

PMOT's, agilizando os procedimentos internos e permitindo a consulta on-line de um conjunto de informação à gestão urbanística.

3.3.05.01 Planeamento

O Planeamento (05.01.) procurou compatibilizar o interesse público e colectivo com os interesses privados e particulares, naturalmente prevalecendo os primeiros em caso de insanável conflito. Particular atenção foi dada às legítimas expectativas da população e às iniciativas de agentes económicos que visam a criação de emprego e o investimento.

Foram os seguintes os programas aplicados:

O Programa de Ordenamento do Território (RA-05.01.01.) centrou-se na preparação de informação com vista ao início do processo de revisão do PDM e no acompanhamento de planos em curso. De referir também o acompanhamento à elaboração do PROT-Alentejo- cujo processo de discussão pública decorreu entre Março e Maio de 2009.

O Programa de Planeamento Urbano (05.01.03.) incidiu sobre o acompanhamento da elaboração do Plano de Pormenor da ZIA e trabalhos associados, como sejam a avaliação ambiental estratégica do Plano, o Plano de Gestão Florestal e a Declaração de Imprescindível Utilidade Pública, que exigiram a articulação da participação e consulta a várias entidades da Administração Central.

3.3.05.02 Apoio à Recuperação e Construção de Habitação

O apoio à recuperação e construção de habitação é uma das prioridades da Câmara. Para além do evidente impacto positivo na qualidade de vida das populações, esta política contribuiu, pelo efeito económico multiplicador da construção civil, para o emprego e a dinâmica económica e ainda para valores concorrenciais e atractivos que trazem e fixam população.

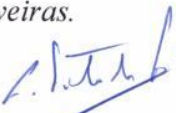
Através do Programa de Habitação Municipal (05.02.01.) temos vindo a aplicar um novo tipo de gestão sistemática e integrada do parque habitacional propriedade do Município, nomeadamente da habitação social, com vista a uma maior e mais eficaz intervenção da Câmara no apoio aos munícipes de menores recursos.

O Programa de Apoio à Recuperação de Habitação (05.02.02.) assegurou o início da aplicação do Programa Integrado de Apoio Social "MonteMor Solidário"- Eixo 5-Apoio à Melhoria das Condições de Habitabilidade, com a definição de procedimentos internos de análise, divulgação e recepção dos primeiros processos.

Com o Programa de Terrenos Municipais (05.02.03.) procurámos aplicar uma política que desincentive a especulação urbana dos solos; disponibilizámos novos lotes, a baixo custo, em loteamentos municipais; tentámos negociar terrenos em localidades (St.Sofia, Lavre, Cabrela, Escoural, Casa Branca, S. Cristóvão, Cortiçadas de Lavre) com escassez de oferta e/ou procura, procurando soluções alternativas. Neste caso, foi possível concluir com êxito negociação de terrenos em Lavre e Escoural. Em 2009, continuámos a desenvolver projectos para loteamentos municipais (Escoural) e para outros terrenos cuja resolução se arrasta há muitos anos (Foros do Cortiço, Fotos de Vale de Figueira, S. Cristóvão).

No Programa de Parcerias para a Promoção de Habitação (05.02.04) estimulámos detentores de terrenos urbanos em zonas carenciadas e/ou promotores a desenvolver loteamentos em parceria. Concretizaram-se parcerias em S. Geraldo e Lavre, havendo outras negociações em curso. Mantivemos contactos com vista à negociação de terrenos em Cortiçadas de Lavre e Silveiras.

3.3.05.03 Qualificação Urbana



O Programa de Estudos/Projectos (RA-05.03.01.) assegurou a realização interna de um importante conjunto de projectos e acompanhou outros executados no exterior. O volume de projectos aumentou significativamente, acrescido da complexidade dos mesmos quanto ao número de especialidades obrigatórias, pelo que o recurso a trabalho externo tem vindo a crescer bastante.

O Programa de Espaços Exteriores (05.03.02.) cresceu substancialmente em 2008 sendo que importante parte dos trabalhos quer na cidade quer nas freguesias foi assegurada por administração directa, valorizando assim as estruturas municipais, quer dos sectores de apoio à produção, quer dos viveiros municipais.

O Programa de Reabilitação Urbana (05.03.04) centrou-se na preparação de diversos projectos para sustentar a candidatura ao QREN-Programa POLIS XXI/Parcerias para a Regeneração Urbana-Montemor Pedra a Pedra, entretanto aprovada e cujo protocolo de financiamento foi assinado em Dezembro. Na área do Centro Histórico da cidade, assegurou pequenas intervenções por administração directa e por empreitadas bem como o acompanhamento de projectos de instituições e de particulares.

3.3.05.04. Rede Viária

Em 2009, foi efectuado um forte investimento na manutenção, recuperação e reabilitação da rede viária, urbana e não urbana, em todo o concelho. A equipa camarária permanente criada em 2007 teve um papel fundamental nesta resposta mas recorremos de forma significativa a empreitadas e prestações de serviços externas. Neste último caso, assumiu-se estas contratações como uma das medidas de combate à crise e apoio a empresas instaladas no concelho. O esforço foi muito significativo e contou também com a colaboração de várias Juntas de Freguesia. O resultado foi a maior intervenção de sempre na rede viária. Todo o concelho foi abrangido, a rede viária urbana mais degradada foi requalificada, foram efectuadas intervenções estruturais em várias estradas e caminhos rurais. Concretizámos, nesta área, um salto qualitativo, genericamente reconhecido.

No Programa de Mobilidade, Circulação e Trânsito (RA-EAPPI-05.04.01.) demos continuidade ao investimento na segurança rodoviária com para a melhoria da sinalização por todo o concelho. Foi concluído o estudo prévio para a revisão do Plano de Circulação e Trânsito da cidade e feita a discussão pública.

O Programa de Qualificação da Rede Viária (RA-EAPPI-05.04.02.), como acima referimos, registou um investimento muito significativo quer nas zonas urbanas quer nas zonas rurais, por todo o concelho. Ainda que muito continue por fazer face à enorme dimensão da nossa rede viária, é visível o salto qualitativo dado.

3.3.05.05. Património Edificado

O Programa de Preservação do Património (RA-EAPPI-05.05.01.) acompanhou a elaboração de estudos e planos de reabilitação e intervenções de conservação bem como a aplicação das directivas do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico. O Programa de Valorização do Castelo continuou a acompanhar a elaboração do projecto de recuperação e ampliação do Convento da Saudação e zona envolvente sendo ainda de realçar o trabalho desenvolvido pela Oficina de Arqueologia. Foi garantido financiamento, no âmbito da Subvenção Global contratualizada via AMDE, para a obra de recuperação estrutural do Convento de S. Francisco, estando a ser ultimado o projecto geral.

3.3.05.06. Apoio a Iniciativas de Particulares

Este tipo de apoio que incluiu o acompanhamento e fiscalização de obras e centrou-se nas obras e loteamentos de particulares (RA-05.06.01.) estimulando a dinâmica de iniciativa dos cidadãos.

3.3.05.07. Gestão de Solos

No Programa de Bolsas de Terrenos (EAPPI-05.07.01.) salienta-se a regularização de perímetros e terrenos de infra-estruturas de abastecimento de água e saneamento. Obtiveram-se ainda, por cedências, terrenos para futuros equipamentos colectivos, para zonas verdes e para infra-estruturas.

3.2.05.08 Energia

O Programa de Iluminação Pública (EAPPI-05.08.01.) garantiu, com a participação das Juntas de Freguesia, a continuidade do reforço e extensão da rede de iluminação pública. Recorda-se que, em parte, este Programa insere-se no contrato de concessão à EDP, SA, contrato aquele que regula o tipo de financiamento a suportar pela Câmara. Em curso, estão vários sistemas de optimização energética.

3.3.06. Preservar e Elevar a Qualidade Ambiental

A procura de equilíbrio entre a defesa do ambiente e a conservação do património natural do concelho em articulação com a continuação da presença humana na paisagem e as boas práticas agro-pecuárias tem constituído uma das primeiras prioridades desta Câmara nos últimos anos a que foi dada continuidade.

Algumas das principais necessidades básicas da população estão aqui enquadradas e constituem prioridade fundamental como são, nomeadamente, os casos da garantia de abastecimento de água e de saneamento, a recolha, selecção e tratamento do lixo. A nossa opção e intervenção visaram compatibilizar Ambiente e Desenvolvimento Sustentável naturalmente com a presença humana.

Defendemos o cumprimento de uma estratégia nacional de desenvolvimento sustentável que assegure respostas estruturais aos problemas do País, face aos desafios que enfrenta e aos compromissos assumidos internacionalmente e que os municípios, no âmbito das suas competências, embora com escassos recursos, procuram resolver.

Valorizámos, numa perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável, o nosso Património Ambiental, continuámos a enfrentar e a procurar soluções para os principais problemas ambientais, procurámos garantir o aumento da qualidade de vida e a preservação do ambiente numa perspectiva inovadora e com recurso a novas tecnologias.

Esta opção programática (código 06) integrou a promoção e defesa do meio ambiente (código 06.01.), a conservação da natureza (código 06.02.), o saneamento (código 06.03.), o abastecimento de água (código 06.04.), os resíduos sólidos (código 06.05.) e a higiene pública (código 05.05.).

3.3.06.01 Promoção e Defesa do Meio Ambiente

Neste âmbito, concretizámos dois programas:

O Programa de Controlo da Poluição (RA-06.01.01.) onde continuou a assumir importância central o desenvolvimento das orientações do PIGS (Projecto Integrado de Gestão de Suiniculturas) projecto inovador dirigido ao problema dos efluentes das suiniculturas. Foi dada atenção particular a acções de monitorização e ao reforço da fiscalização, essencial para a correcta aplicação da regulamentação existente. Assumiu também relevância a participação activa na elaboração do Plano Regional de Gestão Integrada de Efluentes agro-pecuários e agro-industriais.

O Programa de Defesa do Meio Ambiente (RA-EAPPI-06.01.02.) continuou a dar grande atenção ao funcionamento do viveiro municipal vocacionado também para a produção de espécies autóctones e ao Programa Integrado de Reciclagem, cujo elemento principal - Projecto REAGIR – ainda que

concluído, no que diz respeito ao financiamento comunitário, em 2007, se manteve a funcionar e se constitui como enorme apoio aos construtores civis locais. O funcionamento da unidade de reciclagem de entulhos e o sistema municipal de resíduos volumosos têm constituído uma mais-valia ambiental para o concelho. Está em estudo com a GESAMB, EIM a hipótese de se integrar num sistema supra-municipal a criar. Destaque ainda para a área de educação ambiental.

3.3.06.02 Conservação da Natureza

Nesta área (RA-EAPPI-06.02.01) foi concluída a elaboração do PIER de Monfurado, culminando um processo inovador e participativo em Sítios da Rede Natura 2000, dando cumprimento aos objectivos do projecto GAPS, Gestão Activa e Participada do Sítio de Monfurado. Foram desenvolvidas outras iniciativas relevantes na perspectiva de compatibilizar a conservação da natureza com a ocupação humana e o desenvolvimento de actividades e ela associadas, passeios pedestres, integração da Ecopista na rede nacional de Ecopistas, educação e sensibilização ambiental.

3.3.06.03 Saneamento

A cobertura urbana integral do Concelho pela rede de saneamento básico continua a ser o nosso objectivo central. A sua concretização exige, como temos afirmado e demonstrado, a melhoria dos sistemas municipais e a obrigatoriedade de constituição de sistemas supra-municipais, face ao volume de verbas necessárias. Contudo, e apesar dos nossos esforços não foi possível alcançar aquele objectivo no mandato cessante dado o boicote do Poder Central à criação e financiamento do nosso sistema inter-municipal. Ainda assim, alargámos a cobertura com a entrada em funcionamento e o início da construção de várias ETARs.

Reafirmámos a nossa opção pela constituição de um sistema inter-municipal de gestão de saneamento (e águas) que garanta o carácter e a gestão pública deste serviço de decisiva importância para a satisfação de necessidades básicas das populações. Opusemo-nos às pressões privatizadoras de sucessivos Governos que, ao longo de mais de 7 anos, boicotaram, atrasaram e, finalmente, inviabilizaram, no III QCA (2000-2006) da UE, o processo de constituição do sistema e os necessários investimentos públicos nesta área. Aos que no distrito e no Concelho pugnam pela privatização com graves consequências para as populações sobretudo as de menores recursos, contestámos tal “fatalidade” e apresentámos uma alternativa válida, credível e eficaz salvaguardando o serviço público; continuámos a exigir tratamento igual para esta opção legítima do nosso Município em parceria com mais 5 outros Municípios do distrito (Arraiolos, Mora, Vendas Novas e Vila Viçosa). Na sequência desta luta firme e justa pelo direito à opção democrática por um sistema não privatizado, conseguimos, em 2007, que o QREN (2007-2013) no Programa Operacional de Valorização do Território reconhecesse e incluísse explicitamente o nosso Sistema Inter-municipal como projecto estruturante a financiar.

No âmbito da AMAMB, apresentámos, em 2008, uma nova candidatura ao QREN/POVT para financiamento de um Sistema Público Intermunicipal de Abastecimento de Água e Saneamento. Paralelamente, temos vindo a participar, desde 2008, numa iniciativa negocial despoletada pelas Associações de Municípios do Alentejo e dirigida ao Governo e às Águas de Portugal para a eventual constituição de uma solução alternativa na base de uma parceria Estado / Autarquias em que seja preservado o carácter público do sistema.

Em 2009, e após difíceis e complexas negociações, foi possível acordar e assinar com o Governo e as Águas de Portugal uma Parceria Pública Estado / Municípios para criação de um Sistema Público para o Abastecimento de Água e Saneamento no Alentejo. Apesar das fortíssimas pressões que sofremos, não abdicámos da defesa das populações e do interesse colectivo dos Montemorenses opondo-nos à entrega da água para negócio privado de alguns e garantindo o acesso de todos a este bem público indispensável à vida.

Implementámos dois programas:

O Programa dos Sistemas Municipais de Saneamento (RA-EAPPI-06.03.01.) onde assegurámos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede. Destaca-se o funcionamento pleno da nova ETAR de Foros do Cortiço bem como da respectiva rede de saneamento; a conclusão das obras das novas ETARs de Silveiras e S. Cristóvão, em testes para início de funcionamento. Num esforço significativo, continuámos a reforçar, em todas as zonas rurais do Concelho, a limpeza e remoção para tratamento em ETAR de efluentes de fossas domésticas privadas.

O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (RA-06.03.02.) centrou-se nas negociações com o Governo e as Águas de Portugal – com base numa iniciativa das Associações de Municípios – da proposta de criar um sistema alternativo, mas público, com base numa Parceria Pública Estado / Autarquias. Como já antes foi afirmado, foi possível obter e assinar esse acordo de Parceria Pública para a criação de um Sistema Público de Abastecimento de Água e Saneamento (em alta), parceria esta que salvaguarda o carácter e a gestão públicas do sistema.

3.3.06.04. Abastecimento de Água

O que se disse no ponto anterior (3.2.06.03. Saneamento) aplica-se ao abastecimento de água mas, neste caso, já atingimos a cobertura urbana integral e estamos mesmo a alargar a rede a zonas rurais.

A questão do abastecimento de água é, fundamentalmente, a de assegurar, face à escassez, origens suficientes e adequadas de água, o seu tratamento e adução. Os nossos esforços políticos e técnicos centraram-se neste ponto e em dois programas.

No Programa dos Sistemas Municipais de Abastecimento de Água (RA-EAPPI-06.04.01.) mantivemos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede. Destaque ainda para a construção (com vários problemas, nomeadamente, por dificuldades da empresa contratada) em fase final da rede de abastecimento de água a Foros do Cortiço. Em 2009, o problema da seca (que vivemos há 4 anos!) agravou-se nos primeiros 2 trimestres mas, felizmente, o final do ano, ofereceu-nos um Inverno pluvioso como há muito não se via. Mantivemos, por isso, um programa de sensibilização e de poupança de água e mesmo a garantia do abastecimento público, suprimindo as carências pontuais através de transporte de água em auto-tanque. A água não faltou nas torneiras do Concelho! Esta situação já poderia estar resolvida se o Sistema Inter-municipal não tivesse sido boicotado, por sucessivos Governos, ao longo de mais de 8 anos ...

O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (RA-06.04.02.) centrou-se nas negociações com o Governo e as Águas de Portugal – com base numa iniciativa das Associações de Municípios – da proposta de criar um sistema alternativo, mas público, com base numa Parceria Pública Estado / Autarquias. Como já antes foi afirmado, foi possível obter e assinar esse acordo de Parceria Pública para a criação de um Sistema Público de Abastecimento de Água e Saneamento (em alta), parceria esta que salvaguarda o carácter e a gestão públicas do sistema.

3.3.06.05. Resíduos Sólidos

Nesta área, as principais acções decorreram do Programa de Resíduos Sólidos Urbanos (RA-EAPPI-06.05.01.). O Plano Distrital de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos evoluiu para uma nova fase sob proposta da AMDE. A GESAMB, empresa inter-municipal de gestão de RSUs está a funcionar em pleno e garante o tratamento e reciclagem de RSUs. O Ecocentro de Montemor, instalado na ZIA, está a funcionar em cruzeiro prestando um novo serviço público às empresas, instituições e cidadãos que já permitiu aumentar e diversificar a recolha selectiva de RSUs para reciclagem (electrodomésticos, vidro, madeira, móveis, material eléctrico, etc.). Continuámos o esforço de investimento na renovação de equipamentos, numa perspectiva de qualificação do ambiente urbano. É importante ainda realçar o

funcionamento do sistema municipal de recolha de resíduos de construção e demolição e de resíduos volumosos, em todo o concelho, sem custos para os municípios.

Por opção, o actual tarifário está longe de cobrir os correspondentes custos dos RSUs. A Câmara continuará a suportar, como custo social, a recolha integral e uma parte substancial do tratamento dos RSUs. Procurámos reduzir o défice através de uma actualização tarifária, do aumento da recolha selectiva no Concelho e de outros ajustamentos ao sistema de recolha.

3.3.06.06. Higiene Pública

O Programa de Higiene Pública (RA-EAPPI-06.06.01.) manteve um elevado nível de eficácia na limpeza das localidades, assegurou o funcionamento exemplar do canil municipal e diversas acções de prevenção e sensibilização.

3.3.07. Promover a Cultura, o Desporto, o Associativismo e o Lazer

A Actividade Sócio-Cultural, conceito a que atribuímos amplo sentido, é entendida como vector determinante para a estratégia de desenvolvimento local e, como tal, manteve-se como prioridade.

Ainda que bastante afectada pelas restrições financeiras e outras (por exemplo, de pessoal) que nos foram impostas, foi possível estabilizar e assegurar o fundamental da actividade municipal desenvolvida nesta área. Em particular, reforçámos a colaboração e a generalidade dos apoios ao Movimento Associativo local cuja dinâmica dá uma contribuição decisiva para o nível e a qualidade da nossa vida comunitária e até de promoção da imagem externa da nossa cidade e Concelho.

Mantiveram-se as dificuldades, nomeadamente com os cortes quase totais verificados nos apoios concedidos quer pela Administração Central quer por outras entidades exteriores ao Concelho. Ainda assim, reforçámos o importante investimento municipal e o determinante apoio da Câmara às instituições locais, o que se revelou decisivo para alargar o já elevado e referenciado nível da actividade sócio-cultural concelhia.

O ano de 2009 fica assinalado pela inauguração da Ecopista do Montado que ocorreu a 8 de Março, Dia do Município, de S. João de Deus e Internacional da Mulher.

Outro acontecimento marcante do ano de 2009 foi a passagem dos 30 anos da Escola de Ballet, notável efeméride que foi assinalada num espectáculo comemorativo inesquecível.

Esta opção programática desenvolveu-se pela cultura (código 07.01.), pelo desporto (código 07.02.), pelos tempos livres e lazer (código 07.03.), pelos equipamentos (código 07.04.) e pelo apoio às associações (código 07.05.).

3.3.07.01 Cultura

Assegurámos o nível do reconhecido trabalho que nesta área temos desenvolvido. Montemor manteve-se como referência regional e nacional pela política cultural municipal, pela dinâmica das nossas instituições, pela programação, pelo apoio a quem programa, pelo estímulo e apoio aos criadores.

O Programa de Dinamização de Actividades (RA-EAPPI-07.01.01) englobou vários Ciclos de Programação e a descentralização cultural, promoveu o acesso da população em geral a eventos culturais de qualidade. Sustentámos os projectos culturais municipais como Biblioteca Almeida Faria, a Galeria Municipal, a Oficina do Canto, a Escola de Ballet (que assinalou 30 anos de actividade). O novo Arquivo Municipal, inaugurado em 2008, assegurou uma actividade assinalável e uma programação significativa em que se destaca as exposições. Estimulámos a criação artística e incentivámos os projectos de

desenvolvimento cultural em parceria com outras entidades. Assinala-se a realização do 1º Colóquio sobre a História do Alentejo.

O Programa para o Património Cultural (RA-EAPPI-07.01.02.) continuou muito afectado pelas condicionantes financeiras. Foi assegurado o funcionamento pleno do Centro Interpretativo do Castelo na recuperada Igreja de S. Tiago.

3.3.07.02.

A actividade desportiva é, por nós, considerada como essencial para o desenvolvimento harmonioso e saudável das populações e foi nesse princípio que assentámos a nossa actividade.

O novo Parque Desportivo Municipal, inaugurado em Setembro de 2008, registou já uma assinalável actividade significando um salto qualitativo na actividade desportiva no concelho e até tem vindo a dar apoio a grupos desportivos de fora do concelho.

O Programa de Dinamização de Actividades (RA-EAPPI-07.02.01.) assegurou a promoção da prática desportiva através dos programas de promoção de prática desportiva, nomeadamente os protocolos para os escalões de formação, das escolas e escolinhas de formação, do programa “dar mais vida aos anos”, entre outros. Prosseguimos também com a promoção de eventos desportivos, como os Jogos do Município, a Volta ao Alentejo em Bicicleta, o Grande Prémio de Atletismo (organizado pelos Bombeiros Voluntários), entre outros. Destaca-se a continuidade de novas iniciativas, lançadas em 2008, como a Prova de Águas Abertas na Barragem dos Minutos ou o Festival de Inverno “1ª Braçada”.

3.3.07.03. Tempos Livres e Lazer

Releva-se (RA-EAPPI-07.03.) o trabalho da Oficina da Criança, espaço com uma lógica de funcionamento que ao longo de mais de 20 anos tem sido um pilar de referência nacional, e que tem na base dos trabalhos “oficinas”, lúdicas e de animação, a promoção do desenvolvimento pessoal e social inerentes ao conceito de cidadania.

A Oficina do Canto, sob a orientação de Maria do Amparo, ultrapassou 10 anos de existência (em 2007) e mantém uma enorme vitalidade e participação. Da sua actividade, destaca-se, em 2009, a apresentação do Musical “Adoles-Ser” de enorme actualidade e qualidade.

Uma particular referência ao reconhecido trabalho desenvolvido pela Escola de Ballet da CMMN, dirigida por Amélia Mendonza. Em 2009, assinalaram-se os 30 Anos da Escola de Ballet, 30 anos de actividade ininterrupta ao serviço de várias gerações, 30 anos ao serviço do concelho e da sua população. Um espectáculo comemorativo inesquecível assinalou tão significativa efeméride.

3.3.07.04. Equipamentos

A nossa crescente actividade cultural, desportiva e de lazer confrontava-se com uma realidade de instalações que dificilmente davam as respostas necessárias. No mandato cessante, foi concretizado um vasto programa de investimentos nesta área que permitiu um importante salto qualitativo no concelho. Recorde-se os principais desses equipamentos: o Centro Interpretativo do Castelo, a Piscina Coberta, o Arquivo Municipal, o Parque Desportivo Municipal, o Centro Juvenil. Em 2009, a inauguração da Ecopista do Montado, no Dia do Município com uma enorme participação e entusiasmo que culminou com uma festa popular, disponibilizou à população do concelho um equipamento multi-facetado (lazer, desporto, ambiente, turismo) e de atractividade.

No Programa de Equipamentos Culturais e de Lazer (RA-EAPPI-07.04.01.) assinala-se as obras de requalificação do Cine-Teatro Curvo Semedo e para as obras de criação da Biblioteca de Cortiçadas de Lavre (em conclusão).

Não sendo possível fazer toda a obra prevista no projecto de requalificação do Cine Teatro Curvo Semedo, vai ser necessário definir um outro projecto de requalificação – que já definimos até ao montante de € 2.500.000 euros – tendo em conta que, no âmbito da contratualização do QREN com a AMDE, já garantimos um financiamento na ordem dos € 500.000 euros.

Está em conclusão o projecto de arquitectura (depois de feito o projecto de recuperação estrutural) do Convento de S. Francisco. Aponta-se um montante de obra de € 1.500.000 euros dos quais, no âmbito da contratualização do QREN com a AMDE, garantimos um financiamento na ordem dos € 500.000 euros.

No Programa de Equipamentos Desportivos (RA-EAPPI-07.04.02) o destaque vai para a inauguração da nova Ecopista do Montado, infra-estrutura multi-funcional de grande procura e êxito. Outro destaque vai para a inauguração dos novos Balneários do Campo Desportivo em Lavre que disponibilizou excelentes condições para a prática desportiva naquela Freguesia a qual tem vindo a crescer. Ainda uma referência para o funcionamento pleno do novo Parque Desportivo Municipal (1ª fase), equipamento que confirmou a enorme importância para expandir a prática desportiva com particular incidência nos jovens para além da população em geral contribuindo para a elevação da qualidade de vida no Concelho. Os Grupos Desportivos passaram a dispor de uma moderna e atractiva infra-estrutura desportiva que já está a atrair procura mesmo de fora do nosso Concelho.

3.3.07.05 Apoio às Associações

O Associativismo, numa vertente formal ou informal, como expressão organizada da sociedade, é uma forma de apelo à responsabilização e intervenção dos cidadãos no desenvolvimento das comunidades onde estão envolvidos. A Câmara, ciente da importância das Associações para a dinâmica e desenvolvimentos locais, não só manteve o esforço que vinha fazendo como reforçou, apesar das condicionantes impostas pela legislação governamental, o nível da sua colaboração e dos seus apoios.

Em 2009, já se procedeu a uma generalizada regularização dos subsídios de apoio às instituições locais em função dos novos critérios Regulamento de Apoio ao Movimento Associativo.

O Programa de Apoio à Construção e Beneficiação de Equipamentos (RA-EAPPI-07.05.01.), o Programa de Apoio às Actividades dos Clubes e Associações Desportivas (RA-07.05.02.) e às Associações Culturais (RA-07.05.03.) concedeu um significativo conjunto de apoios.

3.3.08. Potenciar a Energia da Juventude, Fixar Jovens

Uma boa parte da actividade nesta área esteve centrada no novo Centro Juvenil, inaugurado em 2008, e já em crescendo de dinâmica, participação e actividade.

Num edifício e espaço aberto amplos, o novo Centro Juvenil oferece aos jovens áreas de actividades e salas de apoio diversas que vão desde as artes plásticas a um estúdio de música, desde a iniciação ao cinema de animação à sala multimédia, desde o espaço sem tabus (para incentivar a abordagem de problemas sentidos pelos jovens) às áreas de puro lazer. Respeitando integralmente a autonomia e a individualidade dos jovens, está em curso um desafio à criatividade dos jovens, está lançada uma aposta à irreverência e à capacidade dos jovens.

Para além da dinamização e criação de eventos de e para os jovens, procuramos atribuir ferramentas e condições para que os jovens criem e/ou desenvolvam dinâmicas próprias. Entretanto, as opções políticas do Poder Central, agora agravadas pela crise interna e pela crise geral do capitalismo, estão a afectar gravemente este sector da população e cresceram as dificuldades para os jovens e para a sua fixação no interior do país.

Com a dinâmica do novo Centro Juvenil e as actividades ali desenvolvidas ou fomentadas, com os programas de voluntariado jovem (arqueologia, ambiente, protecção civil), com o programa de estágios, com o apoio à formação, com a crescente participação dos jovens em actividades associativas e de instituições locais podemos considerar que foram dados passos importantes na área da juventude. Contudo, continuamos a sentir a necessidade de aprofundar o conhecimento e uma melhor intervenção neste sector fundamental para o futuro do Concelho.

3.3.08.01 Juventude

O Programa de Infra-estruturas (EAPPI-08.01.01) correspondeu, em grande parte, aos pagamentos da obra do novo Centro Juvenil e a outras intervenções / equipamento para o Centro.

No Programa Dinamização de Actividades (RA-08.01.02) foi possível, em 2009, assegurar o pleno funcionamento do Centro Juvenil com um crescendo de actividades e participação por parte dos jovens.

Destaca-se o programa de apoio específico à juventude que procura incentivar a sua fixação, nomeadamente incentivos e apoio à habitação para jovens, o programa de voluntariado jovem (abrangendo as áreas da arqueologia, ambiente e protecção civil), os programas de estágios profissionais e os programas de formação profissional.

3.3.09. Apostar na Educação

Em 2009, a Educação continuou a viver, em consequência das políticas governamentais, dias de instabilidade, incerteza e transformação que nos têm preocupado profundamente sobretudo pelos impactos negativos que atingem o nosso Concelho. Certamente por ser ano eleitoral, registou-se uma certa acalmia nesta área. Contudo, mantiveram-se as pressões para a passagem de responsabilidades governamentais (por exemplo, de funcionários) para o Município, passagem essa que não aceitámos porque, ao contrário do anunciado, não estamos perante um processo de descentralização mas, antes, perante um processo de desconcentração, tutela e sobrecarga de custos para os Municípios.

A Educação é uma das áreas que consideramos prioritárias para um desenvolvimento global. Cumprimos e ultrapassámos as competências que detemos nesta área onde atingimos objectivos que o Governo só se propõe alcançar a médio prazo, como é o caso da cobertura a 100% das refeições escolares.

Continuámos a exigir do Poder Central o indispensável apoio ao investimento que projectámos para melhorar as condições estruturais do parque escolar bem como a definição de políticas que induzam estabilidade no sistema de ensino, rentabilizando e potenciando os recursos existentes.

Na sequência da denúncia e dos esforços desenvolvidos em 2007 para impedir a concretização das intenções governamentais de encerramento das escolas do ensino básico de S. Geraldo (infelizmente encerrada), Silveiras, Cabrela e S. Cristóvão, foi possível abrir o ano escolar 2009/2010 sem ameaças de encerramentos. Ainda assim, é óbvio que o recuo governamental, como consequência da luta das autarquias, das populações, dos professores, da população em geral, não nos dá quaisquer garantias futuras.

O Governo legislou para alterar a gestão democrática das escolas que tinha sido conquistada com a Revolução de Abril. Ainda que aquele modelo necessitasse de uma reforma progressista no sentido do seu aperfeiçoamento face às novas realidades, manifestámos a nossa profunda discordância com a contra-reforma governamental em curso (por exemplo, recupera-se a figura do antigo “director de escola” que substitui o órgão executivo eleito). Apesar de discordar das alterações legislativas introduzidas, a Câmara está a participar activamente nos órgãos onde tem assento e nos quais marcará as suas posições em defesa da escola pública para todos e de uma gestão democrática das escolas.

Esta opção programática explana-se nos equipamentos escolares (09.01), na acção social escolar e transportes escolares (09.02), na dinamização de actividades (09.03) e em outras actividades (09.04).

3.3.09.01. Equipamentos Escolares

No Programa de Equipamento do Ensino Pré-Escolar (RA-EAPPI-09.01.01.) foi possível avançar com um significativo conjunto de obras de requalificação.

No Programa de Equipamento do Ensino Básico (RA-EAPPI-09.01.02.) avançaram igualmente várias obras de requalificação de escolas que, pela sua profundidade, obrigaram a alterações de várias turmas deslocalizando-as para outros estabelecimentos de ensino ou outras instalações. Com a colaboração de toda a comunidade escolar, tem sido possível – apesar das obras – assegurar a normalidade de funcionamento do ano lectivo.

No âmbito das nossas competências, que incidem essencialmente no ensino pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico, insistimos nos necessários financiamento no âmbito do PORA para assegurar acções de reestruturação e beneficiação dos equipamentos. Recorda-se que, tendo obtido um acordo para financiamento parcial por fundos comunitários do QREN, do futuro Centro Escolar de Montemor-o-Novo, a instalar junto à Piscina Coberta e que terá 10 novas salas para o pré-escolar e para o ensino básico, temos estado a concluir reactualizando o projecto.

3.3.09.02. Acção Social Escolar e Transportes Escolares

De forma responder ao agravamento da situação económica e social das famílias, originada pelo aprofundamento da crise que se vive no País, a Câmara reforçou significativamente estes apoios e incluiu-os no Programa Integrado de Apoio Social “Mor Solidário” que iniciou a sua aplicação em 2009. Assim, o Programa de Acção Social Escolar (RA-09.02.01.) e o Programa de Transportes (RA-09.02.02.) alargaram a concessão de um imenso apoio social. Reforçámos as componentes de apoio à família, no que respeita às competências das autarquias, e nas suas várias facetas com destaque para o apoio à dinamização e funcionamento de ATL’S.

3.3.09.03. Dinamização de Actividades

Concretizámos o Programa de Dinamização de Actividades (RA-EAPPI-09.03.) nas suas várias vertentes, desportivas (09.03.01.), culturais (09.03.02) e recreativas (09.03.03) que são um complemento essencial à formação.

3.3.10. Apoiar os Mais Carenciados, Elevar as Condições Sociais

A crise geral do capitalismo despoletada em 2008 e que ampliou a crise nacional veio, ao menos, deixar claro que a prossecução das políticas neo-liberais se traduz, a prazo, em consequências dramáticas para a economia global e, particularmente, para os trabalhadores e para a maioria da população. Infelizmente, os responsáveis políticos e económicos pela actual crise parecem não querer aprender com as lições da triste realidade que vivemos e avançam apenas com medidas paliativas procurando preservar o essencial do sistema capitalista e das orientações e políticas neo-liberais. Em

Portugal e no nosso Concelho tais políticas seguidas quer pelo Governo quer pela UE registaram um pesado agravamento, estatisticamente documentado, dos problemas sociais, do desemprego e da precariedade, das dificuldades de vida da generalidade dos portugueses e dos Montemorenses.

A Câmara vinha já desenvolvendo um vasto conjunto de programas e acções nesta área. Para além de cumprir com as suas limitadas competências, a Câmara tem mesmo ido muito além daquelas, providenciando um apoio essencial e directo à população mais carenciada bem como às instituições que as enquadram com todo o seu trabalho meritório e muitas vezes voluntário.

O ano de 2009 fica marcado pelo início da aplicação do novo Programa Integrado de Apoio Social "MonteMor Solidário" que integra, reformula e expande outros programas e acções de cariz social que o Município já tinha em curso e inova com novas propostas como as parcerias Câmara / proprietários para resposta às necessidades de habitação social ou o cartão social para apoio directo aos agregados familiares mais carenciados.

Esta opção programática encontra-se em Acção Social e Saúde (10.01).

3.3.10.01 Acção Social

No âmbito da Acção Social (RA-EAPPI-10.01.01.) o destaque vai para o início da aplicação do novo Programa Integrado de Apoio Social "MonteMor Solidário", já acima referido, que integra 6 Eixos a saber:

Eixo1: Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSSs), Associações Humanitárias (AHs) e Associações de Reformados, Pensionistas e Idosos (ARPIs)

Eixo 2: Reforço da Acção Social Escolar

Eixo 3: Concessão de bolsas de estudo de cariz social

Eixo 4: Inovar a habitação social

Eixo 5: Melhoria das condições de habitabilidade

Eixo 6: Cartão Social "Mor Solidário"

O Programa "Mor Solidário", recusando as políticas assistenciais e/ou caritativas, aposta em apoios que se traduzam de forma permanente e sustentada na melhorias das condições e qualidade de vida dos sectores sociais e cidadãos abrangidos. Ainda que seja apresentado de forma autónoma um balanço da execução deste Programa em 2009, regista-se desde já que:

- os Eixos 1, 2 e 3 estão em execução plena e atingiram os objectivos sociais propostos;*
- o Eixo 4 tem em execução o programa de requalificação das habitações sociais do Município mas não avançou muito quanto às parcerias com proprietários;*
- o Eixo 5 teve algum atraso inicial no processo de análise e apoio aos pedidos entrados mas, após o ajustamento do Regulamento, está em execução plena;*
- o Eixo 6 tem progredido lentamente, situação a que não será estranha a necessidade de acertar procedimentos, confiança mútua, apoios nesta iniciativa de cariz específico.*

Num quadro de significativo agravamento das condições sociais, continuámos a concretizar, face aos meios disponíveis, um conjunto de outros programas e acções: o acompanhamento directo e de situações de isolamento e de casos sociais, o realojamento social em parceria com outras entidades.

Destaca-se também o apoio às Instituições de solidariedade social, através da atribuição de subsídios e da celebração de protocolos com vista à dinamização das suas actividades bem como da melhoria de instalações e aumento da resposta que dão à população.



No âmbito da lógica comunitária, continuámos a dinamizar a Rede Social, estimulando o desenvolvimento social, potenciando os recursos locais como base de uma intervenção social sustentada, coordenada e sistematizada através do Plano de Desenvolvimento Local.

3.3.10.02 Saúde

O Programa para a Saúde (RA-10.01.02), área em que a competência municipal é reduzida e complementar, continuou marcado pelas intenções governamentais de encerramento do Internamento Clínico e de Postos Médicos em zonas rurais.

Recorde-se que, em 2007, foi obtido um importante êxito político: foi proposta a criação de um SUB em Montemor em resposta à exposição que a Câmara apresentou no âmbito da discussão pública do documento sobre os Serviços de Urgência. Nessa sequência, e após complexas e difíceis negociações, foi igualmente possível perspectivar a criação do Parque Integrado de Saúde que vínhamos propondo em conjunto com a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus.

Em 2009, cumprindo o compromisso assumido, o Município doou, em direito de superfície e pelo período que durar o objecto do seu uso, o terreno para o futuro Centro de Saúde e SUB. O processo teve um atraso por parte do Ministério da Saúde no âmbito do lançamento do concurso, aguardando-se o seu avanço em 2010.

Entretanto, continuam a registar-se centenas de montemorenses sem médico de família; continuam a registar-se muitas ausências às consultas programadas nos Postos Médicos das freguesias. E mantém-se o encerramento dos Postos Médicos de S. Brissos, Baldios e S. Geraldo a que acresceu o de Cortiço. Os casos de S. Geraldo e Cortiço, como já se referiu atrás, ultrapassamos limites do bem senso e só uma incompreensível insensibilidade e cegueira política permite que se mantenham sendo que as responsabilidades desta situação recaem, quase por inteiro, nos responsáveis locais e regionais de saúde.

Continuam lentas e difíceis as negociações entre o Ministério da Saúde e a Ordem Hospitaleira de S. João de Deus quanto aos restantes aspectos do Parque Integrado de Saúde (contratualização Ministério da Saúde / Hospital de S. João de Deus, internamento clínico de curto e médio prazo). Apesar disso, a Ordem Hospitaleira concluiu, sem garantia de financiamento estatal quer para a obra quer para o funcionamento, a obra de criação da Unidade de Convalescença, a qual já entrou em funcionamento e que se saúda pela sua importância.

Mantivemos a restante e habitual actividade neste campo.

3.3.11. Reforçar a Segurança e a Protecção Civil

A responsabilidade pela Protecção Civil (RA-11.01.) continua a recair, em larga medida, sobre as autarquias locais e os Bombeiros. Defendemos a partilha de responsabilidades pelas várias entidades, recusamos a desresponsabilização, ainda que parcial, do Poder Central nesta matéria, combatemos a governamentalização da Protecção Civil. Continuámos a acompanhar atenta e interventivamente esta área, transmitimos propostas e críticas, acompanhámos as posições da ANMP, da Liga dos Bombeiros Portugueses e dos nossos Bombeiros Voluntários.

No Programa de Protecção Civil (RA-11.01.01.) continuámos a pugnar por uma política nacional com a assumpção de responsabilidades partilhadas aos vários níveis, com estruturas participadas e que disponibilize os necessários recursos.

Assegurámos o funcionamento regular e articulado da Comissão Municipal de Protecção Civil e da Comissão Municipal para a Defesa da Floresta, ainda que discordemos da multiplicação de organismos de protecção civil. Sem abdicar das fortes críticas que temos sobre a matéria, e com mais atrasos devidos a mais alterações legislativas, continuámos a trabalhar no Plano Municipal de Defesa

da Floresta contra Incêndios e, também, nos outros Planos referenciados na RA. Continuámos a elaboração de Planos de Emergência Interna para as escolas do 1º ciclo do ensino básico. Deu-se continuidade ao programa de Voluntariado Jovem para as Florestas cujo êxito tem sido crescente. Assegurámos uma eficaz coordenação municipal da Protecção Civil.

Mantivêmos, com base no Protocolo em vigor que actualizámos, o apoio aos nossos Bombeiros Voluntários. Releva-se o apoio prestado ao concurso e à candidatura a financiamento no QREN da remodelação e ampliação do Quartel bem como à continuidade, assegurada em prestações, do financiamento integral à aquisição do edifício para a expansão do Quartel no montante total de € 275.000 euros. Fomos informados, pela senhora Governadora Civil, que o Governo não dará apoio financeiro à obra do Quartel, situação que lastimamos!

Salienta-se ainda, o apoio concedido, no âmbito do Programa Montemor Solidário, à aquisição de 2 ambulâncias, uma para a Casa do Povo de Lavre, outra para a Associação Humanitária de Cabrela.

A Segurança Pública (RA-11.02.) é responsabilidade primeira do Poder Central. Ao longo do mandato cessante, diminuiu ligeiramente o número de efectivos da GNR no Concelho sendo que já considerávamos aquele dispositivo como insuficiente para garantir os níveis de prevenção e segurança necessários. Estatisticamente não terá havido alterações significativas nos baixos níveis de criminalidade que o Concelho regista. Contudo, continuaram alguns assaltos feitos à luz do dia, situação que se verifica com crescente regularidade e que faz aumentar os níveis de preocupação das populações e, naturalmente, da Câmara. A colaboração com o comando do destacamento da GNR foi mais irregular por razões que terão a ver com a formação de quadros da GNR. Continuámos a apoiar, sem que tenhamos qualquer obrigação de o fazer e apesar da atitude governamental para com o Poder Local Democrático, a modernização de instalações da GNR.

Em 2009, o Governo não colocou o encerramento de Postos da GNR nas freguesias, questão que consideramos positiva.

No âmbito do normal funcionamento do Conselho Municipal de Segurança, que assegurámos, e das relações institucionais em particular com a GNR, a Câmara acompanhou activamente a evolução da situação de segurança.

Nesta rubrica residual denominada Outros Investimentos e/ou Serviços (RA-EAPPI-12) haverá que referenciar o trabalho e os investimentos efectuados nos cemitérios municipais (RA-EAPPI-12.01.01.) bem como o apoio e investimentos municipais nos cemitérios das freguesias (RA-EAPPI-12.01.02.), em particular nos cemitérios de Lavre e Foros de Vale de Figueira. Foi concluído o projecto e adjudicada a obra de ampliação do cemitério do Ciborro.

No Programa "Outros Serviços" (RA-12.98.01) regista-se, essencialmente, o trabalho efectuado na área jurídica, onde continua em crescendo o volume e a exigência de trabalho quer interno quer dirigido ao "exterior". Foi praticamente recuperado o atraso existente no início do mandato cessante mas ainda temos debilidades e dificuldades a superar.

4. CONTA DE GESTÃO DE 2009

A Conta de Gestão de 2009 já traduz resultados das medidas de aprofundamento de aplicação do POCAL, fruto da maior estruturação interna empreendida, da maior capacidade técnica e de um crescente rigor nesta fase de implementação do POCAL com vista a transformá-lo num instrumento cada vez mais determinante para uma boa gestão municipal.

4.1. Situação Económico-Financeira da Câmara

A Câmara Municipal viu, no mandato cessante, a sua saudável situação económica e financeira afectada pelas medidas governamentais de desrespeito pela autonomia e pela Lei das Finanças Locais à data em vigor (Lei nº 42/98). O maior impacto dessas medidas decorreu das penalizações financeiras que, entre redução de receitas e aumento de despesas, implicou a perda de um montante estimado em € 2.800.000 euros (dois milhões e oitocentos mil euros) em 2006 e 2007. Assim, o aumento do passivo municipal – ainda

que compensado por um semelhante aumento do activo – em 2006 teve uma origem essencialmente financeira decorrente de alterações administrativas impostas pelo Governo ao quadro legal que enquadrava a actividade do Poder Local Democrático (e que serviu de matriz à elaboração do Programa Eleitoral sufragado pelo voto popular em 2005) e não resultou da gestão municipal, como aliás se demonstrou. Em 2007, tomámos um conjunto de medidas no sentido de travar e se possível inverter aquele impacto exógeno imposto pelas políticas governamentais, o que foi conseguido. Em 2008, fez-se sentir, em particular na quebra de receitas, o aprofundamento da crise mas consolidámos a recuperação da situação económico-financeira.

Não será demais recordar que, por via da penalização financeira que nos foi imposta, registámos uma perda do nosso Município na ordem de € 1.500.000,00 euros (um milhão e quinhentos mil euros) em 2009. Para o mandato 2005-2009, obtemos perdas acumuladas de cerca de € 5.800.000 euros (cinco milhões e oitocentos mil euros), o que nos dá uma ideia do impacto negativo que sofremos e que não nos permitiu garantir todos os investimentos e acções previstas no Programa Eleitoral da CDU para o mandato.

Em 2009, e com o aprofundamento da crise, entendemos lançar o Programa Montemor Solidário e, ainda, manter um nível de investimento municipal que minorasse os reflexos negativos no nível da actividade económica do Concelho bem como continuar a corresponder a justas expectativas de elevação da nossa qualidade de vida. Procurámos, sempre que possível, substituir empreitadas e outras aquisições ao exterior por trabalho por administração directa e, naturalmente, negociar os calendários de execução financeira mais prolongados. Por tudo isto, a execução física de obra em 2009 não tem tradução igual na execução financeira – aquela que sobressai no EAPPI.

Ainda assim, terminámos o mandato 2005/2009 e o ano de 2009, com uma situação económica boa, uma situação financeira equilibrada e, sobretudo, preservando recursos para garantir os investimentos necessários nos próximos anos.

4.2. Endividamento Municipal

As orientações e medidas económicas e financeiras, adoptadas nos dois primeiros anos do mandato cessante, permitiram que em 2008 já tenha sido possível recuperar e repor a equilibrada e saudável situação económico-financeira que a Câmara Municipal gozava em 2005 aquando dos cortes de verbas e outras restrições orçamentais impostas pelo Governo.

No ano de 2009, ano em que a situação económica e social se agravou no concelho como resultado da crise capitalista nacional e internacional, a Câmara Municipal dispôs de margem para tomar um conjunto de programas e acções (Programa Social MonteMor Solidário, medidas de combate à crise, manutenção do nível de apoio ao movimento associativo) para minorar, dentro das suas limitadas possibilidades, o impacto da crise no concelho. Ainda assim, a Câmara Municipal manteve, comparativamente, invejáveis níveis legais e técnicos de endividamento e uma controlada e equilibrada situação económico-financeira estrutural.

4.2.1. Endividamento Líquido Municipal

Nos termos do art.º 36.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro (nova Lei de Finanças Locais), o endividamento líquido municipal traduz-se na diferença entre os Passivos Financeiros (empréstimos contraídos, locações financeiras e dívidas a fornecedores) e os Activos (caixa, depósitos em instituições financeiras e créditos sobre terceiros).


Página 29 de 47


7.009.021,61	4.478.879,86	4.155.699,31	5.278.010,49
--------------	--------------	--------------	--------------

Unidade: Euro

Como se demonstra, a Câmara Municipal dispõe de um muito baixo endividamento líquido que inclui uma igualmente baixa dívida corrente. Dispomos, pois, de uma elevada margem de uso potencial do endividamento líquido o que nos permite assegurar alguns investimentos necessários à elevação da qualidade de vida das populações e ao desenvolvimento do Concelho.

4.2.2. Endividamento de Médio e Longo Prazo

Nos termos do n.º 2 art.º 39.º da Lei 2/2007, de 15 de Janeiro, o capital em dívida referente a empréstimos de médio e longo prazo (ver Mapa de Empréstimos) não pode exceder, em 31 de Dezembro, a soma das receitas do ano anterior em Impostos Directos e Fundos Municipais transferidos no âmbito do Orçamento de Estado.

De acordo com os cálculos efectuados pela Câmara e com informação prestada pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), o Município de Montemor-o-Novo dispôs, em 2009, de um limite ao endividamento de médio e longo prazo na ordem de € 12.702.614 euros (doze milhões setecentos e dois mil seiscentos e catorze euros) contra € 11.768.399,39 euros em 2008, isto é, mais € 934.214,61 euros ou mais 7,94 ponto percentuais.

O n.º 6 do mesmo artigo prevê a possibilidade de serem excepcionados do limite de endividamento, os empréstimos destinados exclusivamente ao financiamento de projectos com participação de fundos comunitários. Para o ano de 2009, e de acordo com informação prestada pela Divisão de Planeamento e Desenvolvimento Económico (DPDE) está excepcionado do limite de endividamento, um capital de € 2.907.631,10 euros.

A 31 de Dezembro de 2009, tendo em consideração os valores evidenciados pelos registos contabilísticos e abatendo aquele montante, o endividamento líquido de médio e longo prazo ascende a € 574.164,40 euros (contra € 483.416,06 euros, em 2008).

O quadro seguinte mostra os valores absolutos referentes àquele endividamento legal:

Endividamento de Médio e Longo Prazo em 2009

Descrição	Valor
(1) Limite Legal do Endividamento M.L.Prazo	12.702.614,00
(2) Endividamento M.L. Prazo Usado	574.164,40
(3)=(1)-(2) Endividamento M.L.Prazo Disponível	12.128.449,60

Unidade: Euro

Será ainda interessante e clarificador, olhar os valores relativos do endividamento municipal.

Endividamento de Médio e Longo Prazo em Percentagem em 2009

Descrição	
Nível de endividamento m.l. prazo atingido	4,52 %
Nível de endividamento por utilizar	95,48 %
Total	100,00 %

Mantivemos um baixo endividamento bancário e excelentes taxas de juro (ver Mapa dos Empréstimos), taxas estas que comprovam a credibilidade económico-financeira do Município.

Convirá sublinhar que consideramos que a capacidade técnica (dadas as características do nosso Município) de endividamento deve situar-se abaixo da capacidade legal para garantir o fundamental equilíbrio económico e financeiro. Mas, o destaque vai para a elevada margem de uso potencial do endividamento de médio e longo prazo o que nos permite assegurar alguns investimentos necessários à elevação da qualidade de vida das populações e ao desenvolvimento do Concelho.

4.2.3. Endividamento de Curto Prazo

De acordo com os cálculos efectuados pela Câmara e com informação prestada pela Direcção Geral das Autarquias Locais (DGAL), o Município de Montemor-o-Novo dispôs, em 2009, de um limite ao endividamento de curto prazo na ordem de € 1.270.261,38 euros (um milhão duzentos e setenta mil duzentos e sessenta e um euros e trinta e oito cêntimos), contra € 1.176.839,94 euros em 2008, isto é, mais € 93.421,44 euros ou 7,94 pontos percentuais. Pedimos um empréstimo de curto prazo até um montante máximo de € 700.000 euros mas só usámos € 400.000 euros que foram integralmente pagos até Dezembro.

O quadro seguinte mostra os valores absolutos referentes àquele endividamento legal:

Endividamento de Curto Prazo em 2009

Descrição	Valor
(1) Limite Legal do Endividamento de Curto Prazo	1.270.261,38
(2) Endividamento de Curto Prazo Usado	400.000,00
(3)=(1)-(2) Endividamento Curto Prazo Disponível	870.261,38
(4) Amortização de Endividamento de Curto Prazo	400.000,00
(5)=(1)-(2)+(4) Endividamento Curto Prazo Dispon. a 31/12	1.270.261,38

Unidade: Euro

Será ainda interessante e clarificador, olhar os valores relativos deste endividamento municipal.

Endividamento de Curto Prazo em Percentagem em 2009

Descrição	
Nível de endividamento curto prazo atingido	31,49 %
Nível de endividamento amortizado	31,49 %
Nível de endividamento por utilizar em 31/12	100,00 %

4.3. Execução Orçamental da Receita

No quadro "Resumo das Receitas e das Despesas" evidencia-se, quanto às receitas, a sua estrutura por grandes grupos de origem e ainda os montantes globais resumidos no Quadro seguinte:

Receitas Globais Realizadas

Receitas Realizadas	Valor
Receitas Correntes	12.547.029,79
Receitas de Capital	5.797.549,36
Total de Receitas	18.344.579,15

Unidade: Euro

O aumento de receitas verificado – mais € 560.345,83 euros ou seja mais 3,15 pontos percentuais – deve ter em conta a entrada do empréstimo de curto prazo, aliás pago em 2009, no valor de € 400.000 euros. Ainda assim e atendendo à crise, estamos perante um bom resultado.

Deverá, contudo, recordar-se que o diferencial (- 27,11 pontos percentuais contra 31,78 pontos percentuais em 2008) entre as Receitas Previstas e as Receitas Realizadas decorre, em boa parte, da necessidade de incluir nas Grandes Opções do Plano, no Orçamento e no PPI, todos os projectos que, embora sem garantia de financiamento, estão candidatados ou se pretendem candidatar ao QREN da UE ou mesmo a programas nacionais. É uma imposição com a qual não concordamos, que poderia ter outras soluções previsionais mais adequadas e que causa um desnecessário empolamento orçamental sem correspondência com a posterior execução orçamental. Mas, naturalmente, não pode ser esta questão formal a impedir a CMMN de procurar obter financiamentos necessários ao desenvolvimento e à qualidade de vida do Concelho!

Releva-se, ainda, que não é aqui incluído um significativo volume de receita obtido em parcerias ou participações da Câmara noutras instituições. Exemplifica-se aquela afirmação com os projectos Évora Distrito Digital e Rede Comunitária do Distrito de Évora, ambos sob a coordenação da AMDE.

Ao exercício de novas competências, sem que o Governo tenha assegurado a correspondente e legal transferência de verbas, não correspondeu qualquer acréscimo de receitas adicionais e identificadas conforme preceitua quer a Lei de Transferência de Competências quer a Lei das Finanças Locais. Igualmente, continua por cumprir, por parte do Governo, a compensação de isenções ou benefícios fiscais feitos à custa de receitas municipais.

O Quadro, apresentado à frente, mostra-nos, com base na estrutura das receitas corrente e de capital, os níveis absolutos e relativos de realização da receita face ao orçamentado.

Comparação entre Receitas Previstas e Receitas Realizadas

Receitas	Previstas	Realizadas	Diferença Abs.	Nível Real.
<i>Correntes</i>	13.150.580,00	12.547.029,79	-603.550,21	95,41 %
01-Impostos Directos	2.265.400,00	2.236.163,00	-29.237,00	98,71 %
02-Impostos Indirectos	68.100,00	68.718,13	618,13	100,91 %
04-Taxas, Mult., Out. Pen.	130.800,00	103.402,33	-27.397,67	79,05 %
05-Rend. de Propriedade	1.472.000,00	1.072.268,58	-399.731,42	72,84 %
06-Transf. Correntes	7.101.863,00	7.238.923,19	137.060,19	101,93 %
07-Venda Bens e Serv.	1.601.400,00	1.550.202,17	-51.197,83	96,80 %
08-Out. Rec. Correntes	511.017,00	277.352,39	-233.664,61	54,27 %
<i>Capital</i>	12.017.022,00	5.797.549,36	-	48,24 %
			6.219.472,64	
09-Venda Bens Invest.	1.266.000,00	5.758,50	-	0,45 %
			1.260.241,50	
10-Transf. Capital	9.631.222,00	5.372.206,44	-	55,78 %
			4.259.015,56	
11-Activos Financeiros	18.800,00	13.381,34	-5.418,66	71,18 %
12-Passivos Financeiros	501.000,00	400.000,00	-101.000,00	79,84 %
13-Out. Rec. Capital	598.000,00	4.800,00	-593.200,00	0,80 %
15-Rep. Não Abat. Pag.	2.000,00	1.403,08	-596,92	70,15 %
<i>Total</i>	25.167.602,00	18.344.579,15	-	72,89
			6.823.022,85	

Unidade: Euro

A. J. M.
 Página 33 de 47
J. J. J.

As receitas correntes apresentaram um nível de realização abaixo do orçamentado em 4,59 pontos percentuais. Tal significou um peso de 68,39% (contra 67,35% em 2008) na receita total.

A arrecadação de impostos, a maioria dos quais é cobrado pelo Ministério das Finanças e transferido mediante pagamento para os cofres do Município, foi sensivelmente o previsto ainda que com menos € 28.618,87 euros. Continuámos a exigir “uma reforma fiscal que despenalize os portugueses de menores recursos e aplique um sistema progressivo”. Em 2008, como há décadas, manteve-se a inaceitável, injusta e chocante situação de, em sede agora de IMI, a posse de habitação própria pagar muito mais do que a grande propriedade fundiária.

As taxas, multas e outras penalidades têm um reduzido peso (0,56%) na estrutura das receitas ficando aquém do previsto.

Os rendimentos de propriedade, com uma arrecadação de verbas aquém do orçamentado, apresentaram, ainda assim, um nível de realização razoável se tivermos em conta que foi uma das áreas que mais tem sentido a retracção económica causada pela crise.

As transferências correntes apresentam uma boa realização tendo ultrapassado (+1,93 pontos percentuais) os valores orçamentados.

A venda de bens e serviços, ressentindo-se da recessão económica, ficou ligeiramente abaixo do valor previsto em Orçamento (- 3,2 pontos percentuais).

A rubrica “outras receitas correntes” é residual (1,51%) e ressentiu-se do negativo clima económico do ano.

As receitas de capital, pelas principais razões atrás explicadas, ficaram substancialmente abaixo (51,76%) do orçamentado.

A venda de bens de investimento quase não obteve receita. De facto, e não obstante as dificuldades de tesouraria, os bens que voltámos a colocar no mercado (por exemplo, imóveis) não lograram obter sequer propostas de aquisição reflectindo a recessão económica e a situação do mercado imobiliário. Optámos, uma vez mais, por adiar algumas vendas para quando se verificar alguma reanimação do mercado ou alguma oportunidade de negócio. A situação económico-financeira permite que se possa esperar para obter melhores valores de venda.

*A transferência de capital é a rubrica que regista os valores relativos a financiamentos do III QCA, do QREN, de outros fundos da UE e de programas nacionais. Aplica-se aqui o que sobre a matéria já antes referimos mas que, pela sua importância reiteramos: não foi possível, quer pelas razões já previstas quer pelas razões expostas neste documento, atingir o ambicioso volume de receita orçamentado. Recorda-se, acautelando a previsão, que o PPI incluído nas Grandes Opções do Plano assinalava com * as acções que só se concretizariam mediante a obtenção de financiamento comunitário e/ou nacional não garantido previamente. Se aqueles projectos e previsões não constassem explicitamente nas Grandes Opções do Plano e no Orçamento Municipal para 2009, logo aproximando mais o previsto do verificado, ficariam inviabilizadas as candidaturas ao QREN que exigem, previamente e por diversas formas, tal inclusão.*

A rubrica passivos financeiros, quase residual, regista apenas o recurso ao já referido empréstimo de curto prazo.

As outras receitas de capital ficaram muito aquém do previsto pelas dificuldades de venda de bens de imobilizado já antes referidas.

Entretanto, é também importante olhar e comparar com a arrecadação de receitas no ano anterior.

Evolução das Receitas Globais Realizadas em 2008 e 2009

<i>Receitas Realizadas</i>	<i>2008</i>	<i>2009</i>	<i>Diferença Abs.</i>	<i>Dif. %</i>
<i>Correntes</i>	<i>11.977.467,32</i>	<i>12.547.029,79</i>	<i>569.562,47</i>	<i>+4,76</i>
<i>Capital</i>	<i>5.806.766,00</i>	<i>5.797.549,36</i>	<i>-9.216,64</i>	<i>-0,16</i>
<i>Total Receitas</i>	<i>17.784.233,32</i>	<i>18.344.579,15</i>	<i>560.345,83</i>	<i>+3,15</i>

Unidade: Euro

Reafirmamos que a nova Lei das Finanças Locais se tem confirmado como um enorme recuo na autonomia do Poder Local (por exemplo, via consignação de receitas ou tutela governamental), tem significado uma recentralização dos recursos no Poder Central, tem pressionado a imposição da fiscalidade e taxação municipais para o aumento das receitas municipais bem como para o aumento da carga fiscal indirecta, a mais injusta socialmente. Com a aplicação daquela Lei (e até 2009 tem um mecanismo de “almofada” que ameniza a perda de verbas!), Portugal vai afastar-se da média da UE no que respeita à descentralização e, mais grave, vai reduzir-se significativamente o investimento público municipal. Por isso, denunciámos e combatemos aquela Lei cujas consequências já se fizeram sentir negativamente nas finanças do Poder Local e, sobretudo, no arrefecimento dos investimentos para o desenvolvimento local e para a qualidade de vida das populações.

4.4. Execução Orçamental da Despesa

No quadro “Resumo das Receitas e das Despesas” evidencia-se, quanto às despesas, quer a sua estrutura por grandes grupos de origem quer os montantes globais sintetizadas no Quadro abaixo.

Despesas Globais Realizadas

<i>Despesas Realizadas</i>	<i>Valor</i>
<i>Despesas Correntes</i>	<i>13.187.925,47</i>
<i>Despesas de Capital</i>	<i>4.828.127,88</i>
<i>Total de Despesas</i>	<i>18.016.053,35</i>

Unidade: Euro

Alerta-se, uma vez mais, para o facto de não ter “sentido falar sequer na distinção entre despesas correntes e despesas de capital porque, por lei, somos obrigados a incluir reais despesas de investimento (por exemplo, de pessoal) em correntes. Por estas e outras razões, já antes invocadas noutros documentos, o Mapa Resumo das Despesas/Classificação Económico-Orgânica (.../...) não pode ter uma leitura directa que induz erros objectivos. Este é um dos problemas que se mantém com o POCAL”. A progressiva implementação do POCAL, que estamos a fazer, irá permitir, nos próximos anos e com a utilização de outros documentos, atenuar progressivamente este problema.

Comparação entre Despesas Previstas e Despesas Realizadas

<i>Despesas</i>	<i>Previstas</i>	<i>Realizadas</i>	<i>Diferença Abs.</i>	<i>Nível Real.</i>
<i>Correntes</i>	<i>13.141.452,00</i>	<i>13.187.925,47</i>	<i>46.473,47</i>	<i>100,35 %</i>
<i>01-Pessoal</i>	<i>6.623.200,00</i>	<i>7.029.497,88</i>	<i>406.297,88</i>	<i>106,13 %</i>
<i>02-Aquis.Bens e Serv.</i>	<i>4.710.002,00</i>	<i>4.363.890,91</i>	<i>-346.111,09</i>	<i>92,65 %</i>
<i>03-Encarg.Corr.Dívida</i>	<i>293.500,00</i>	<i>167.092,01</i>	<i>-126.407,99</i>	<i>56,93 %</i>
<i>04-Transf.Correntes</i>	<i>1.180.050,00</i>	<i>1.098.195,12</i>	<i>-81.854,88</i>	<i>93,06 %</i>
<i>06-Out.Desp.Correntes</i>	<i>334.700,00</i>	<i>529.249,55</i>	<i>194.549,55</i>	<i>158,13 %</i>
<i>Capital</i>	<i>12.026.150,00</i>	<i>4.828.127,88</i>	<i>-7.198.022,12</i>	<i>40,15 %</i>

António

07-Aquis.Bens Capital	10.531.100,00	3.659.484,79	-6.871.615,21	34,75 %
08-Transf. Capital	509.750,00	422.050,84	-87.699,16	82,80 %
09-Activos Financeiros	159.000,00	6.361,31	-152.638,69	4,00 %
10-Passivos Financeiros	816.300,00	740.230,94	-76.069,06	90,68 %
11-Out.Desp.Capital	10.000,00	0,00	-10.000,00	0,00 %
Total	25.167.602,00	18.016.053,35	-7.151.548,65	71,58 %

Unidade: Euro

O nível de realização das despesas correntes situou-se ligeiramente acima do projectado.

As despesas de pessoal subiram mais do que o previsto (6,13 pontos percentuais). Há a realçar que, por imposição legal de 2007, se manteve o aumento do desconto para a CGA em mais 2 pontos percentuais além dos 3 pontos percentuais de 2006 e que continuam em crescendo as despesas com a ADSE. No caso da ADSE, após prolongado conflito (decorrente de entendermos que a ADSE não cumpre as exigências legais de demonstração dos valores que debita à Câmara) e da ameaça de retenção de 10% das verbas das transferências do OE, foi possível chegar a um acordo de pagamento que se reflecte ao longo de todo o ano de 2009. Refira-se, ainda, que usando a opção gestionária prevista na lei, entendemos recolocar todos os trabalhadores que tinham visto a sua progressão na carreira congelada pelo Governo na posição a que tinham direito.

A aquisição de bens e serviços situou-se abaixo do orçamentado (- 7,35 pontos percentuais) mas também é verdade que um maior rigor classificativo terá levado uma parte do valor previsto para a rubrica de "outras despesas correntes".

Os encargos correntes da dívida traduzem, por um lado, os custos da dívida de longo prazo e, por outro lado, o esforço da Câmara para reduzir os prazos de pagamento sobretudo a empreiteiros através de acordos de pagamento com obtenção de taxas de juro 2/3 abaixo do limite permitido pela lei. Desta forma, contribuímos para melhorar a tesouraria das empresas em tempo de crise. Beneficiámos da queda das taxas de juro bancárias.

As transferências correntes reflectem, sobretudo, o nível de apoio às instituições locais, a descentralização para as Juntas de Freguesia e os apoios sociais directos. A verba "não realizada" resulta da transferência de pagamentos para 2010. Continuámos, pois, a garantir um importante esforço e aposta no apoio sustentado à dinâmica associativa e social local.

As outras despesas correntes registam um acréscimo que decorre, sobretudo, de verbas que antes eram contabilizadas noutras rubricas.

As despesas de capital reflectem o que atrás se disse quanto às receitas de capital pelo que o diferencial tem igual justificação.

Sendo a aquisição de bens de capital a principal rubrica das despesas de capital, o diferencial financeiro tem igual justificação. Sublinha-se, contudo que, por um lado, a execução física é bastante superior à execução financeira e, por outro lado, a dívida corrente aumentou ligeiramente (se retirarmos o efeito do acordo com a ADSE) em 2009.

As transferências de capital situaram-se abaixo do previsto, sendo que uma das razões decorre da transferência de pagamentos para 2010.

Os passivos financeiros ficaram abaixo do previsto (-9,32 pontos percentuais) quer pelo esforço de estabilização financeira feita pela Câmara em anos anteriores quer pela evolução da situação financeira em 2009.

07-Aquis.Bens Capital	10.531.100,00	3.659.484,79	-6.871.615,21	34,75 %
08-Transf. Capital	509.750,00	422.050,84	-87.699,16	82,80 %
09-Activos Financeiros	159.000,00	6.361,31	-152.638,69	4,00 %
10-Passivos Financeiros	816.300,00	740.230,94	-76.069,06	90,68 %
11-Out.Desp.Capital	10.000,00	0,00	-10.000,00	0,00 %
Total	25.167.602,00	18.016.053,35	-7.151.548,65	71,58 %

Unidade: Euro

O nível de realização das despesas correntes situou-se ligeiramente acima do projectado.

As despesas de pessoal subiram mais do que o previsto (6,13 pontos percentuais). Há a realçar que, por imposição legal de 2007, se manteve o aumento do desconto para a CGA em mais 2 pontos percentuais além dos 3 pontos percentuais de 2006 e que continuam em crescendo as despesas com a ADSE. No caso da ADSE, após prolongado conflito (decorrente de entendermos que a ADSE não cumpre as exigências legais de demonstração dos valores que debita à Câmara) e da ameaça de retenção de 10% das verbas das transferências do OE, foi possível chegar a um acordo de pagamento que se reflecte ao longo de todo o ano de 2009. Refira-se, ainda, que usando a opção gestionária prevista na lei, entendemos recolocar todos os trabalhadores que tinham visto a sua progressão na carreira congelada pelo Governo na posição a que tinham direito.

A aquisição de bens e serviços situou-se abaixo do orçamentado (- 7,35 pontos percentuais) mas também é verdade que um maior rigor classificativo terá levado uma parte do valor previsto para a rubrica de "outras despesas correntes".

Os encargos correntes da dívida traduzem, por um lado, os custos da dívida de longo prazo e, por outro lado, o esforço da Câmara para reduzir os prazos de pagamento sobretudo a empreiteiros através de acordos de pagamento com obtenção de taxas de juro 2/3 abaixo do limite permitido pela lei. Desta forma, contribuímos para melhorar a tesouraria das empresas em tempo de crise. Beneficiámos da queda das taxas de juro bancárias.

As transferências correntes reflectem, sobretudo, o nível de apoio às instituições locais, a descentralização para as Juntas de Freguesia e os apoios sociais directos. A verba "não realizada" resulta da transferência de pagamentos para 2010. Continuámos, pois, a garantir um importante esforço e aposta no apoio sustentado à dinâmica associativa e social local.

As outras despesas correntes registam um acréscimo que decorre, sobretudo, de verbas que antes eram contabilizadas noutras rubricas.

As despesas de capital reflectem o que atrás se disse quanto às receitas de capital pelo que o diferencial tem igual justificação.

Sendo a aquisição de bens de capital a principal rubrica das despesas de capital, o diferencial financeiro tem igual justificação. Sublinha-se, contudo que, por um lado, a execução física é bastante superior à execução financeira e, por outro lado, a dívida corrente aumentou ligeiramente (se retirarmos o efeito do acordo com a ADSE) em 2009.

As transferências de capital situaram-se abaixo do previsto, sendo que uma das razões decorre da transferência de pagamentos para 2010.

Os passivos financeiros ficaram abaixo do previsto (-9,32 pontos percentuais) quer pelo esforço de estabilização financeira feita pela Câmara em anos anteriores quer pela evolução da situação financeira em 2009.

A rubrica outras despesas de capital não foi utilizada.

Finalmente, um destaque para uma opção política fundamental e enorme aposta que constitui a descentralização para as freguesias. Continuámos a reforçar a descentralização, nomeadamente, com os Protocolos de Descentralização e os Protocolos de Cooperação.

4.4. Operações de Tesouraria

Os valores movimentados através de Operações de Tesouraria, atingindo montantes absolutos e saldos médios elevados, foram geridos de modo a obter, dentro das condicionantes legais, benefícios financeiros.

4.5. Balanço

Como atrás já se referiu, o Balanço é um documento ainda com muito pouca fiabilidade, sobretudo na rubrica de "Imobilizado", dada a fase de implementação do POCAL e os problemas de inventário de bens, de avaliação, de (não) registo contabilístico do histórico dos Municípios. Mas ainda que já tivesse algum rigor, levantar-se-ia um outro problema: qual o sentido (ou o objectivo?) de introduzir as noções de lucros ou prejuízos em instituições estatais como os Municípios? Esta questão deve levar-nos a uma discussão que não cabe fazer neste documento, isto é, qual o conceito, se é que deve haver algum, de lucro municipal ou de prejuízo municipal e como se encaixam (ou não) aqui as funções do Estado, nomeadamente as de ordem social. Desta forma, faremos apenas breves notas sobre os seus principais agregados.

Comecemos pelas rubricas do Activo.

No Imobilizado, os Bens do Domínio Público são quase incontabilizáveis dado o histórico acumulado (ruas, largos, praças, passeios, etc.) e, aliás, nem sequer têm registo legal. Quanto muito passaram a registar-se os bens que, já com o POCAL, foram adquiridos ou vieram ao Município por cedência e em relação aos quais foi atribuído um valor, porventura nalguns casos um valor de aquisição. Estamos e estaremos, pois, por longo tempo muito afastados da realidade do que são estes bens e de qual o seu valor (se valorizáveis!).

No Imobilizado, Imobilizações Incorpóreas, o valor apresentado já está muito próximo do real atendendo a que o seu período de amortização é, habitualmente, de 3 anos.

No Imobilizado, Imobilizações Corpóreas temos um problema com algumas semelhanças com os "Bens do Domínio Público" relativamente às dificuldades de registo e valorização do histórico. Por exemplo, que valor se atribuirá à rede de águas do Centro Histórico? Mais uma vez, o valor real global será substancialmente superior ao que até agora foi possível registar.

As Existências já se aproximam da realidade mas ainda terão valores abaixo do real.

As Dívidas de Terceiros (Curto Prazo), ainda que tenham alguns valores com dívidas (por exemplo, as cauções, devido ao histórico), estarão muito aproximadas do real.

Os Depósitos em Instituições Financeiras e a Caixa são controlados diariamente e correspondem aos valores efectivos existentes à data.

Passemos agora ao Passivo.

Os Empréstimos de Longo Prazo e os Fornecedores de Locação Financeira apresentam os valores reais. Aliás, a primeira rubrica é demonstrada através de um Anexo, o Mapa de Empréstimos.

A. J. M.
Página 37 de 47
Janho

As Dívidas a Terceiros (Curto Prazo), após um profundo trabalho de verificação e regularização, já correspondem ao valor real. Contudo, incluem algumas dívidas, como é o caso da ADSE, que poderiam ser consideradas a médio prazo. Esta será uma situação a discutir em 2010.

Os Acréscimos e Diferimentos resultam essencialmente dos valores das férias dos trabalhadores a suportar em 2010 mas vencidas em 2009 e de acertos de valores históricos.

Abordemos, finalmente, o terceiro grande agregado, os Fundos Próprios.

Os valores fundamentais deste agregado são os Resultados Líquidos do Exercício e os Resultados Transitados (de anos anteriores). Não lhes atribuímos particular significado (apesar de serem largamente positivos) pelas razões atrás invocadas. Evidentemente, que o facto de serem positivos é preferível a valores negativos.

4.5. Demonstração de Resultados

A Demonstração de Resultados é um documento de maior fiabilidade do que o Balanço mas comporta o problema crucial do conceito de lucro municipal ou de prejuízo municipal que atrás abordámos. Também neste caso deve ser feita uma discussão que não cabe neste documento, isto é, qual o conceito, se é que deve haver algum, de lucro municipal ou de prejuízo municipal e como se encaixam (ou não) aqui as funções do Estado, nomeadamente as de ordem social. Desta forma, faremos apenas breves notas sobre os seus principais agregados.

Começemos pelas rubricas de Custos e Perdas.

A rubrica Custos das Mercadorias e Produtos Vendidos e Consumidos (traduzida pela sigla CMVMC) ainda pode ter alguma fragilidade no seu apuramento dada a fase de implementação do POCAL em que nos encontramos e tem vindo a merecer alguma discussão técnica sobre o que deve ser aqui contabilizado. É, contudo, um valor pequeno na estrutura de Custos e Perdas.

A rubrica de Fornecimentos e Serviços de Terceiros mereceu particular atenção e trabalho para corrigir valores em dívida e traduzir a realidade. A margem de erro é já muito reduzida.

A rubrica Despesas com o Pessoal é já rigorosa e dá-se aqui como transcrito o que foi dito sobre Despesas com o Pessoal no âmbito da Execução Orçamental da Despesa.

As Transferências e Subsídios Concedidos (que não consideramos nem custos nem perdas) traduzem o apoio às instituições locais, a descentralização para as Juntas de Freguesia e os apoios sociais directos. Este valor evidencia uma parte, apenas a componente financeira, do esforço da Câmara no apoio à dinâmica associativa e às questões sociais locais.

Os Outros Custos e Perdas Operacionais têm um valor residual.

Os Custos e Perdas Extraordinárias incluem, sobretudo, regularizações que, no âmbito da implementação do POCAL, se impõem.

Abordemos, agora, as rubricas de Proveitos e Ganhos.

As Vendas e Prestações de Serviços incluem, sobretudo, os proveitos relativos ao abastecimento de água e ao tratamento dos RSUs que, como foi dito, não cobrem os custos respectivos por opção de política social da Câmara.

Os Impostos e Taxas são uma importante receita do Município.

Os Proveitos Suplementares não têm significado na estrutura de proveitos e ganhos.

As Transferências e Subsídios Obtidos reflectem sobretudo as transferências legais determinadas pela actual Lei das Finanças Locais, isto é, o quadro legal que traduz (a nosso ver de forma insuficiente como temos largamente referido!) o direito à participação dos Municípios nos recursos do Estado e ainda os financiamentos obtidos de fundos comunitários e nacionais.

Os Outros Proveitos e Ganhos Operacionais recebem os valores que não são incluídos nas rubricas atrás descritas.

Os Proveitos e Ganhos Financeiros reflectem a maior atenção que temos vindo a dar à rentabilização de verbas diversas de que dispomos ao longo do Exercício.

Os Proveitos e Ganhos Extraordinários incluem, sobretudo, regularizações que, no âmbito da implementação do POCAL, se impõem.

4.6. Resultados e Proposta de Aplicação dos Resultados

O Balanço apresenta o valor de € 15.125.903,44 euros referente a Resultados Transitados.

Tendo em conta o ponto 2.7.3. do POCAL e ainda que não houve, em anos anteriores, deliberações de aplicação do valor contido nestes Resultados Transitados, propomos a seguinte aplicação dos Resultados Transitados:

- 5% para Reserva Legal no montante de € 756.295 euros (setecentos e cinquenta e seis mil duzentos e noventa e cinco euros);

- O montante de € 6.485.900 euros (seis milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil e novecentos euros) para Reforço do Património sendo que somado ao saldo da conta de Património se obterá o correspondente a 20% do Activo Líquido

- 5% para Reservas Livres, com o objectivo de constituir uma Reserva de Garantia Social dos Trabalhadores do Município, no montante de € 756.295 euros (setecentos e cinquenta e seis mil duzentos e noventa e cinco euros)

O Balanço apresenta o valor de € 4.091.993,56 euros referente a Resultados Líquidos do Exercício.

Em conformidade com o ponto 2.7.3. do POCAL, propomos a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2009:

- 5% para Reserva Legal no montante de € 204.599 euros (duzentos e quatro mil quinhentos e noventa e nove euros);

- 5% para Reservas Livres, com o objectivo de reforçar a Reserva de Garantia Social dos Trabalhadores do Município, no montante de € 204.599 euros (duzentos e quatro mil quinhentos e noventa e nove euros);

- Que o restante transite em conta.

5. CONCLUSÃO

Esta Prestação de Contas e este Relatório de Gestão sintetizam a intensa dinâmica e actividade municipal desenvolvida ao longo do ano de 2009, ano marcado pelas Eleições Autárquicas realizadas em Outubro. Chamados a avaliar o balanço do trabalho realizado no mandato cessante (2005/2009) e a escolher um novo Executivo Municipal, as cidadãs e cidadãos eleitores no Concelho pronunciaram-se reforçando a sua confiança no trabalho, propostas e equipas da CDU.

A actividade municipal em 2009 foi profundamente condicionada pelo forte impacto negativo das políticas governamentais e ainda pelo aprofundamento da crise e da recessão económica que afectam o País e o nosso Município e Concelho.

A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão de 2009 mostra que, apesar das restrições impostas e das condicionantes, se concretizaram ou estão em vias de concretização alguns dos principais projectos estruturantes para a qualidade de vida e o desenvolvimento do Concelho que dependem da vontade do Município. Assinala-se que, neste ano, foi inaugurada a Ecopista do Montado (a 8 de Março e com grande participação popular), foi assinada a Parceria Pública para a criação do Sistema Público de Abastecimento de Água e Saneamento, foi aprovado o programa de regeneração urbana Montemor Pedra a Pedra bem como a candidatura da Rede Corredor Azul em que participamos, foram concluídas as ETARs de Silveiras e S. Cristóvão, foi o primeiro ano de aplicação do Programa Integrado de Apoio Social MonteMor Solidário, entre outras importantes acções e investimentos.

A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão de 2009 confirmam a aposta numa estratégia de desenvolvimento local integrada, sustentada e, ainda que dirigida a toda a população do nosso Concelho, assumidamente solidária com as cidadãs e os cidadãos de menores recursos e socialmente mais fragilizados.

A Prestação de Contas e o Relatório de Gestão de 2009 demonstram que, apesar das dificuldades económicas e sociais que se agravaram no País e no Concelho, a Câmara Municipal defendeu os interesses colectivos das populações do Concelho, procurou minorar a degradação das condições de vida material originada nas políticas neo-liberais, pugnou pela promoção e o prestígio do Município e do Concelho, deu um contributo determinante para o desenvolvimento e para uma melhor qualidade de vida no nosso Concelho.

De seguida o senhor Presidente apresentou a proposta de aplicação de resultados do seguinte teor:

Apesar de não ser habitual, e dado que, pela primeira vez, se avança com uma proposta de aplicação de resultados, venho formalmente propor:

1.A aprovação da Prestação de Contas de 2009;

2.A aprovação da seguinte aplicação de resultados Transitados e Resultados Líquidos do exercício (ver Relatório de gestão de 2009)

O Balanço apresenta o valor de € 15.125.903,44 euros referente a Resultados Transitados.

Tendo em conta o ponto 2.7.3. do POCAL e ainda que não houve, em anos anteriores, deliberações de aplicação do valor contido nestes Resultados Transitados, propomos a seguinte aplicação dos Resultados Transitados:

- 5% para Reserva Legal no montante de € 756.295 euros (setecentos e cinquenta e seis mil duzentos e noventa e cinco euros);

- O montante de € 6.485.90 euros (seis milhões quatrocentos e oitenta e cinco mil e novecentos euros) para Reforço do Património sendo que somado ao saldo de conta de Património se obterá o correspondente a 20% do Activo Líquido;

- 5% para Reservas Livres, com o objectivo de constituir uma Reserva de Garantia Social dos Trabalhadores do Município, no montante de € 756.295 euros (setecentos e cinquenta e seis mil duzentos e noventa e cinco euros)

O Balanço apresenta o valor de € 4.091.993,56 euros referentes a Resultados Líquidos do Exercício.

Em conformidade com o ponto 2.7.3. do POCAL, propomos a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do Exercício de 2009:

- 5% para Reserva legal no montante de € 204.599 euros (duzentos e quatro mil quinhentos e noventa e nove euros);

- 5% para Reserva Livres, com o objectivo de reforçar a Reserva de Garantia Social dos Trabalhadores do Município, no montante de € 204.599 euros (duzentos e quatro mil quinhentos e noventa e nove euros);

- Que o restante transite em conta.

O senhor Presidente referiu ainda que o documento é explícito e não carece de muitas explicações no entanto salientou algumas questões de maior importância, nomeadamente referiu que relativamente ao ano que se presta contas, foi marcado pela realização de três actos eleitorais, entre elas a realização de eleições autárquicas, as quais concluíram um mandato e deram início ao actual. Este novo executivo é que está a aprovar um documento que na prática foi aplicado pelo cessante.

Por outro lado o ano de 2009 foi marcado por uma grave crise económica que se aprofundou e se alastrou pelo país, e está a causar problemas graves na sociedade o que também é marcante para o concelho.

Fez referência às obras que foram concluídas ou em fase de conclusão, nomeadamente a Ecopista do Montado, os Balneários do Campo Desportivo de Lavre, as ETAR'S de Silveiras e S. Cristóvão e a Biblioteca das Cortiçadas de Lavre. Iniciou-se a aplicação do Programa Mor-Solidário.

Referiu-se ainda à concretização da Parceria Pública assinada com o Governo para o Sistema Público de Abastecimento de Água e Saneamento, que apesar de não ser a solução desejável permite resolver o abastecimento de água ao Alentejo.

Foi ainda aprovado a subvenção global, a qual garantiu um financiamento para o concelho, bem como o Programa Montemor Pedra a Pedra.

Transmitiu seguidamente que, não foi possível concretizar algumas obras por falta de financiamento.

Continuando no uso da palavra o senhor Presidente esclareceu que as despesas correntes foram maiores e verificou-se um ligeiro aumento da dívida corrente, devido a uma situação com o Tribunal de Contas, relacionadas com a ADSE. Lembrou que a Câmara tem exigido à ADSE que demonstre documentalmente os débitos crescentes que faz ao Município sem o que não se verifica a possibilidade de reconhecer a dívida. Contudo, por imposição do OE que pretende reter verbas sob este pretexto e de uma decisão do Tribunal de Contas, a Câmara viu-se obrigada a fazer um acordo de pagamento e ainda que o momento inicial pedido tenha sido reduzido, houve de incluir este valor na dívida corrente.

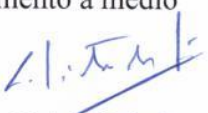
Explicou que a capacidade de endividamento, quer líquida, quer a médio e longo prazo, quer a curto prazo, aumentou o que permite ter uma maior capacidade para financiar investimentos.

De acordo com a nova legislação, surgiu a necessidade de apresentar um documento novo denominado Aplicação dos Resultados. Este documento, cumprindo a lei, propõe uma aplicação de resultados com uma componente obrigatória – levadas a reservas para reforço do património e reservas legais -, e uma componente facultativa em que se cria uma Reserva de Garantia Social para os trabalhadores do Município, situação que pretende apoiar do ponto de vista social trabalhadores do Município que necessitem.

A concluir o senhor Presidente afirmou que foram cumpridos os principais objectivos do mandato.

Pronunciou-se seguidamente a senhora Vereadora Maria de Lurdes para se referir a um trecho do documento designado por GOP'S – 2009, apresentado ainda em 2008, onde se identificavam como prioridades o desenvolvimento económico, a captação de empresas e o turismo. Os índices de realização financeira são melhores, no entanto, e na realidade não teve o sucesso esperado, nem a economia nem o turismo foram dinamizados.

Referiu depois que o valor do endividamento não lhe parece correcto, ou seja o endividamento a médio e longo prazo não pode ser 500 mil euros.


Página 41 de 47


Considerou que o documento contém demasiadas afirmações e considerações de natureza política, salientando que o que é afirmado no capítulo da saúde e do abastecimento de água já não corresponde à realidade do momento.

Continuando no uso da palavra a senhora Vereadora Maria de Lurdes pronunciou-se relativamente aos projectos estruturantes, para referir que não houve avanços significativos, verificaram-se apenas intenções que não foram concretizadas, apesar de reconhecer que houve cortes orçamentais que inviabilizaram esses investimentos.

Considerou depois que não era necessário manifestar euforia, quando se depara com tantas dificuldades, e que os valores de balanço propostos para aplicação devem ser apresentados com prudência, dado que são isso mesmo, só resultados de balanço e mais nada.

A concluir disse que o que se apresenta é um relatório que está bem elaborado, mas que traduz aplicações e opções que são da CDU pelo que deve ser a CDU a aprová-las.

Interveio seguidamente o senhor Vereador Rogério Pinto tendo dito que ao longo dos anos tem vindo a referir que estes tipos de documentos devem ser entregues em tempo oportuno para puder ser analisado.

Esclareceu que recebeu os CD's e passou-os para a pen, no entanto esta teve um problema e não abriu os ficheiros, altura em que contactou o secretariado a fim de solicitar a documentação em suporte informático. Constatou mais tarde que lhe foi enviada a documentação mas fragmentada, o que dificultou a sua análise.

Salientou depois que todos os eleitos devem estar em pé de igualdade, devendo-lhes ser criadas as condições e facultar os meios necessários para o desempenho das suas funções.

Para que situações destas não se repitam, sugeriu que a documentação seja enviada em suporte de papel.

Considerou que esta reunião fica quase inviabilizada por falta de análise da documentação.

Em seu entender o CD deve ser um complemento á documentação em suporte de papel, porque acontece que existem computadores que não o reconhecem.

Disse que não é concebível que a última documentação para a reunião de Câmara, lhe fosse entregue ontem.

Do pouco que analisou, pode constatar que as primeiras cinco páginas estão carregadas de carga política, em termos gerais o que verificou é o mesmo que em anos anteriores, um comunicado da CDU sobre a política geral.

Usou seguidamente da palavra o senhor Vereador Vicente Roque para salientar que da análise que fez do documento ressaltou-lhe que uma acção que estava prevista e não foi executada, relacionada com a criação de emprego para os jovens, acção esta que não foi desenvolvida tal como estava prevista.

Foi a senhora Vereadora Hortênsia que se pronunciou para referir que na última reunião do executivo, entregou a documentação para actual e ninguém se pronunciou dizendo que pretendia o envio dos documentos de outra forma.

Ao que o senhor Vereador Rogério Pinto respondeu que já em anos anteriores levantou esta questão.

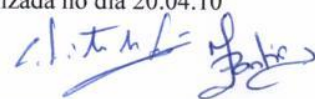
O senhor Presidente retomou a palavra para se referir às questões da economia do ano 2009, salientando que foi o ano em que se verificou maior crise dos últimos anos, o que dificultou a captação de investimento. Referiu, em relação às empresas que tinham manifestado intenção de se instalar em Montemor, que nenhuma desistiu mas que, naturalmente, adiaram os investimentos aguardando melhores dias.

Esclareceu que os valores do endividamento a médio/ longo prazo estão correctos porque ao valor total deve ser subtraída a parte referente a obras de financiadas por fundos comunitários, como aliás está referido no Relatório.

Referiu-se seguidamente aos projectos estruturantes para esclarecer que se verificaram avanços como evidência o Relatório. No entanto, devido à falta de financiamento, não foi possível avançar com algumas obras que estavam previstas.

No que respeita à rede viária verificou-se um investimento bastante significativo e visível, razão porque neste Inverno rigoroso temos menos problemas nos arruamentos e outras vias.

Continuando no uso da palavra o senhor Presidente fez referência ao Balanço e Demonstração de Resultados, documentos que apesar de serem rigorosos ainda estão longe de reflectir a situação do Município, dando como exemplo o problema da valorização do património quer do domínio privado



do Município quer do domínio público. Esta questão está tratada no Relatório e realçou que há a hombridade de reconhecer que os resultados do exercício, ainda que muito positivos, têm pouco significado neste contexto e, sobretudo, não tem sentido falar em lucro ou prejuízo, conceito empresarial que não se adapta a um Município.

O senhor Presidente acrescentou ainda que não aceita nem compreende que o senhor Vereador Rogério Pinto volte, uma vez mais, a usar aqueles argumentos. O que está claro é que os documentos foram entregues atempadamente, foram entregues conforme acordado no início do mandato e os problemas referidos pelo Vereador não são responsabilidade da Câmara. Contudo, não pretende que recorrentemente esta situação se repita e, se necessário, futuramente toda a documentação será entregue em suporte de papel e mesmo através de motorista que entregará os documentos em mão e no local a indicar pelos senhores Vereadores do PS.

Concluiu dizendo que a maioria CDU defende e pratica a completa transparência na Câmara e a prova disso é o facto da documentação enviada sobre a Prestação de Contas de 2009 ir muito além do que a lei determina.

O senhor Vereador Rogério Pinto retomou a palavra para esclarecer que esta discussão ainda não teve lugar com a presença do senhor Vereador Vicente Roque, no entanto se verificarem as actas anteriores a questão, está lá narrada. Por outro lado a Câmara não pode contar com os equipamentos pessoais dos eleitos.

A concluir o senhor vereador Rogério Pinto disse que a documentação deve ser enviada da forma como tem sido, no entanto com a devida antecedência.

O senhor Vereador Pinetra questionou qual o horário em que foi pedida a documentação.

O senhor Presidente retomou a palavra para esclarecer que estão a decorrer duas acções convergentes para os jovens desempregados, relacionados com os estágios, a Câmara Municipal tem actualmente cerca de duas dezenas de estágios atribuídos. Estes estágios são de vários tipos Pepal, Técnico Profissionais e Licenciados.

Abordou seguidamente a questão relacionada com a ADSE para esclarecer que a Câmara não reconhecia a dívida porque aquele organismo não enviava a documentação devidamente fundamentada como exige a lei. Esta questão arrastava-se desde os anos 80 e o acordo não resolveu correctamente o problema como já foi dito mas evita a retenção de verbas.

A concluir disse que a dívida será paga ao longo de 5 anos.

Tomou a palavra a senhora Vereadora Maria de Lurdes para dizer que é desagradável chegar a véspera da reunião e a documentação não poder ser analisada, apelou para que se encontre uma forma adequada para ambas as partes.

Em nova intervenção o senhor Vereador Vicente Roque congratulou-se pelo esforço que a Câmara fez na abertura de estágios para os jovens, o que por certo será um bom contributo importante para o seu futuro profissional, no entanto não é estrutural. Sugeriu que a Câmara pudesse abrir um gabinete de apoio aos jovens, que desse formação bem como apoio burocrático para o preenchimento de candidaturas, formulários etc.

Em seu entender a autarquia poderia ir mais além do que os estágios, por outro lado poderiam ainda divulgar cabalmente os concursos de admissão de pessoal, nos meios de comunicação social de Montemor.

Salientou depois que o problema da documentação, não é a forma como é entregue, mas sim a falta de tempo para a analisar.

Referiu que estão a exercer este cargo por gosto e convicção, mas com bastante esforço, como tal é frustrante estar a exercer funções á distância e sem os meios adequados para as desenvolver.

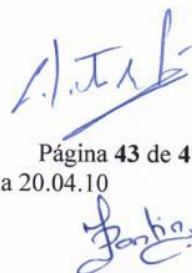
A concluir disse ter ficado indignado com a pergunta formulada pelo o senhor Vereador António Pinetra.

Ao que o senhor Vereador António Pinetra respondeu que o que estava em causa era se o secretariado tinha cumprido o que lhe havia sido solicitado, apenas tentou perceber o que se tinha passado.

Foi o senhor Presidente que retomou a palavra para esclarecer que a Câmara já está a apoiar na elaboração de projectos.

Realçou que todos os eleitos fazem esforço para exercer as suas funções.

Prestação de Contas de 2009



Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com quatro votos a favor dos eleitos da CDU, com dois votos contra dos senhores Vereadores do PS e uma abstenção da senhora Vereadora do PSD, aprovar a Prestação de Contas de 2009, documento que será remetido à Assembleia Municipal para apreciação.

Aplicação dos Resultados

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com quatro votos a favor dos eleitos da CDU e com três abstenções dos senhores Vereadores do PS e PSD, aprovar a Aplicação de resultados, documento que será remetido à Assembleia Municipal para apreciação.

Ponto Dois – 1ª Revisão Orçamental

Em nova intervenção o senhor Presidente apresentou a 1ª Revisão Orçamental de 2010 no valor de 543.697,80 €, documento que foi rubricado por todos os membros do executivo presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com três abstenções dos senhores Vereadores do PS e PSD, aprovar a 1ª Revisão Orçamental, documento que será remetido à Assembleia Municipal para apreciação.

Ponto Três – Acordo sobre a ETAR de Casa Branca

O senhor Presidente retomou a palavra para colocar à consideração do restante executivo um documento referente ao Acordo sobre a ETAR da Casa Branca, do seguinte teor:

1. A Câmara Municipal construiu a rede de efluentes domésticos e pluviais da Casa Branca, tendo essa obra, à data, constituído um enorme benefício para as condições de vida daquela população e uma valia ambiental. Contudo, a projectada ETAR que deveria completar o sistema de saneamento foi sendo adiada em função do processo, publicamente conhecido, do (não) financiamento do sistema intermunicipal de abastecimento de água e saneamento.

2. No final da década de 90, decorreram negociações com 2 proprietários de terrenos na Casa Branca para minimizar os efeitos dos efluentes enquanto não fosse construída a ETAR e para se proceder a uma aconselhável realocação da futura ETAR. À data, a Câmara foi assegurando algumas medidas minimizadoras da situação (sobretudo, limpeza regular e vedações) bem como obteve o acordo com os representantes da proprietária da Herdade do Poço da Rua para a nova localização da futura ETAR sendo que nesse acordo se incluía a construção de uma conduta "by pass" que circundaria a albufeira, descarregando o efluente tratado pela ETAR a jusante da albufeira.

3. Em 2001, fomos surpreendidos com uma acção judicial contra a CMMN proposta no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa e que temos acompanhado e contestado desde então. Apesar de vários contactos com os representantes da proprietária não tinha sido possível, até há poucos meses, negociar um acordo.

4. Mais recentemente, e no seguimento de uma iniciativa formal feita pelo advogado da Câmara e no âmbito do processo em curso, foi possível abrir um processo de negociação entre a Câmara e a proprietária com a participação de técnicos e peritos das duas partes e também um perito indicado pelo Tribunal.

5. Nessa negociação, a Câmara colocou como parâmetro para um acordo que o valor global a dispendir fosse semelhante ao valor previsto para a construção da conduta atrás referida. Para além disso, haveria, naturalmente, que formalizar a cedência do terreno para a ETAR entretanto construída.

6. *A negociação conduziu a um acordo que reputamos de muito equilibrado.*

7. *O Parecer, em anexo, do Dr. Hilário Chaves que patrocina o Município descreve o processo bem como o acordo a que se chegou e respectivos documentos para formalização desse acordo.*

8. *Assim, proponho que a Câmara Municipal aprove:*

a) *A proposta de transacção judicial que formaliza o acordo obtido e que, sendo aprovada, seria objecto de homologação por sentença judicial;*

b) *A proposta de contrato de comodato que formalizará a cedência do terreno onde está implantada a ETAR da Casa Branca.*

O senhor Presidente acrescentou que foram estabelecidos vários contactos com proprietários de terrenos, a ETAR estava projectada para ser construída numa determinada herdade, no entanto pela sua reduzida dimensão o proprietário solicitou, que fosse construída noutra local. Perante esta nova situação, realizou-se uma reunião onde foi aceite o pedido formulado pelo proprietário e foi então definida uma outra localização para a ETAR, agora nesta herdade. Porém e a jusante do local definido, existia uma albufeira pelo que se acordou construir uma conduta “by-pass” que evitasse qualquer hipótese de contaminação. Posteriormente, e apesar do acordo que permitiu avançar para a construção da ETAR, a proprietária avançou com um processo judicial onde podia uma quantia exorbitante a título de indemnização. Desta forma, o assunto arrastou-se.

Prosseguindo a sua intervenção o senhor Presidente transmitiu que, perante a situação, solicitou ao advogado da Câmara Municipal que propusesse uma negociação formal o que veio a acontecer. No início da negociação definiu-se que o valor em questão não poderia ultrapassar o valor previsto para o “by-pass” e foi possível chegar a este acordo com facilidade e empenhamento de todas as partes. O acordo permite fazer o pagamento ao longo de um ano e ficar com um título formal de cedência de terreno.

A senhora Vereadora Maria de Lurdes congratulou-se por se ter encontrado um acordo que culminou numa boa solução.

Reafirmou que o documento, mais uma vez, está revestido de carga política, nomeadamente por responsabilizar a Administração Central por um litígio entre a Câmara Municipal e o proprietário do terreno, propondo a retirada de algumas considerações do documento.

Tomou seguidamente a palavra o senhor Vereador Rogério Pinto para se congratular por se encontrar um acordo, sendo este um exemplo maduro de resolver as questões, porém sugeriu que fossem retirados dois parágrafos, devido à carga política.

Interveio o senhor Presidente para salientar que o documento descreve factos e já tem o acordo da proprietária mas não se opõe à reformulação consensualizada do documento.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o Acordo sobre a ETAR de Casa Branca, formalizado através dos documentos que aqui se dão como transcritos de “contrato de comodato” e de “Transacção judicial”, este último com a seguinte alteração:

Alínea a) – retirar o texto desde adiantamentos até à criação de sistema e Alínea f) - retirar o texto a partir da palavra compensar.

Ponto Quatro – Novo Horário de Funcionamento

Prosseguindo as suas intervenções o senhor Presidente apresentou o novo horário de funcionamento dos serviços municipais, que abaixo se transcreve:

1. O horário de atendimento dos Serviços Municipais tem tido ao longo das últimas décadas uma estrutura tradicional composta por dois períodos distintos, um dos quais entre as 9,00 e as 12,30 horas e o outro entre as 14,00 e as 17,30 horas.

2. Acontece no entanto que esse modelo de horário, dada a sua rigidez, nem sempre permite a mais fácil utilização dos nossos Serviços por quantos aqui se dirigem como seus utentes.

3. Nesta perspectiva e após diligências preparatórias levadas a cabo junto dos representantes dos trabalhadores e dos dirigentes dos Serviços, determinei que, durante o mês de Março que agora findou e com carácter experimental, fosse ensaiado um modelo de horário de atendimento, por parte da generalidade dos serviços técnico-administrativos, que garantisse o funcionamento ininterrupto desde o período de abertura até ao período de encerramento dos Serviços, isto é, entre as 9,00 e as 17,30 horas de cada dia.

4. Findo o período experimental, constata-se que o balanço é profundamente positivo, quer do ponto de vista estritamente interno, quer do ponto de vista dos munícipes (que, acrescente-se, não têm sido ainda em grande número, dado o seu desconhecimento destas novas regras) tudo recomendando que se mantenha este novo horário de atendimento, divulgando-o agora e já com o conforto do período experimental inicial, para que os cidadãos seus utentes – aqueles a quem em última instância se destinam estas mudanças – delas beneficiem em toda a sua extensão.

5. Finalmente, quero também informar que para já e de acordo com a ponderação que até agora é possível, observarão este período de atendimento os seguintes Serviços:

- Secretariado

- DPDE: Gabinete de Informática

- DASSE: Apoio Administrativo e Refeitórios Escolares

- DCDJ: Apoio Administrativo e Piscina Coberta

- DAGF: Secção Administrativa e Tesouraria

- DJP: Todos os Serviços da Divisão

- DAU: Apoio Administrativo do Serviço de Gestão Urbanística, Serviço de Ordenamento do Território

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar o novo Horário de Funcionamento dos serviços municipais.

Ponto Cinco – Tabela de Taxas

A concluir o senhor Presidente apresentou o seguinte documento:

Atendendo às propostas apresentadas no âmbito da Discussão Pública conforme se apresenta no Relatório em anexo, e à deliberação do Executivo na Reunião de Câmara de 03 de Março de 2010, referente às Taxas Municipais de Direitos de Passagem e de Protecção Civil respectivamente Capítulo V pontos 12 e 13 da Tabela de Taxas e Licenças e para os efeitos tidos por convenientes, submete-se à apreciação e deliberação do Órgão Executivo o seguinte:

- Relatório da Discussão Pública;

- Taxas Municipais Direitos de Passagem e de Protecção Civil: que a primeira conste da Tabela de Taxas e Licenças com o valor que a Câmara definiu 0% (zero) sobre a facturação (artº 106 da lei nº 5/2004 de 10 de Fevereiro e Regulamento nº 38/2004).

Quanto à Taxa Municipal de Protecção Civil, dado que, a sua aplicação depende da decisão do Executivo Municipal, e este deliberou na Reunião de Câmara de 03/03/2010, que o seu valor fosse 0 (zero), considerou-se que, aquela taxa poderá ser retirada da tabela de Taxas e Licenças do Município.

A Tabela de Taxas foi rubricada por todos os membros do Executivo presentes e nos termos da lei aqui se dá por integralmente transcrito.

O senhor Presidente acrescentou que da discussão pública não foram recepcionadas alterações, sugestões ou propostas, no entanto verificaram-se alterações por parte dos serviços.

A concluir disse que as alterações já constam da proposta apresentada e que admite que com a aplicação de uma Tabela nova surjam novas alterações.

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou por maioria com três abstenções dos senhores Vereadores do PS e PSD, aprovar a Tabela de taxas com alterações introduzidas, e enviar à Assembleia Municipal para deliberação.

Aprovação da acta em minuta

E não havendo mais assunto a tratar, foi pelo Presidente encerrada a reunião eram treze horas e trinta minutos, tendo a Câmara deliberado por unanimidade aprovar esta acta em minuta, ao abrigo do número três do artigo nonagésimo segundo da Lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, de dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

E eu, Maria Luisa da Silva Martins, Assistente Técnica, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA



A ASSISTENTE TÉCNICA

